

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISADORA RAQUEL RUPP

“BOLSONARO FALA À NAÇÃO”: O ATAQUE AO SISTEMA ELEITORAL
BRASILEIRO

CURITIBA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISADORA RAQUEL RUPP

“BOLSONARO FALA À NAÇÃO”: O ATAQUE AO SISTEMA ELEITORAL
BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, no Setor de Artes, Comunicação e Design, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadoras: Prof. Dra. Carla Rizzotto e Prof. Dra. Camilla Quesada Tavares

CURITIBA

2025

ISADORA RAQUEL RUPP “BOLSONARO FALA À NAÇÃO”: O ATAQUE AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO Dissertação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN - CABRAL

R946 Rupp, Isadora Raquel
“Bolsonaro fala à nação”: o ataque ao sistema eleitoral brasileiro. /
Isadora Raquel Rupp. – 2025.
1 recurso online : PDF

Orientadoras: Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto
Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação.

Inclui referências.

1. Comunicação política. 2. Eleições. 3. Desinformação. I. Rizzotto, Carla Candida. II. Tavares, Camilla Quesada. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Artes Comunicação e Design. Programa de Pós-graduação em Comunicação. IV. Título.

CDD: 302.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ISADORA RAQUEL RUPP**, intitulada: "**BOLSONARO FALA À NAÇÃO**": **O ATAQUE AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO**, sob orientação da Profa. Dra. CAMILLA QUESADA TAVARES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Setembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
30/09/2025 17:21:18.0
CAMILLA QUESADA TAVARES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
30/09/2025 14:26:14.0
LUCIANE LEOPOLDO BELIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
30/09/2025 14:55:44.0
CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Coorientador(a)

Assinatura Eletrônica
06/10/2025 09:08:18.0
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mães cientistas que persistem na carreira acadêmica, mesmo diante de tantas barreiras estruturais e falta de apoio. E ao meu filho, Ernesto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo às minhas orientadoras, Carla e Camilla, pela paciência. Por terem acreditado em mim e me guiado por um caminho possível neste trabalho. Um muito obrigada ao meu companheiro, Gabriel, e aos meus pais, Eleodora e Cesar.

RESUMO

Em um contexto em que a desinformação desafia democracias no mundo, a propagação de notícias falsas ou distorcidas é um mecanismo usado por líderes políticos na condução de seus mandatos. O ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro (PL), que adotou *lives* transmitidas pelo *YouTube* como um de seus canais de comunicação desde o início do seu mandato, em 2019, usou parte do tempo dessas transmissões ao vivo para disseminar dados falsos sobre as urnas eletrônica, pedir o retorno do voto impresso no Brasil, extinto na década de 1990, e atacar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Levando em conta a relevância desse contexto, pelo fato desses ataques institucionais terem sido feitos pelo chefe do Executivo, esta pesquisa faz uma análise de conteúdo qualitativa, com base em 49 transmissões ao vivo no YouTube realizadas entre os dias 6 de janeiro e 30 de dezembro de 2022, último ano de Bolsonaro na Presidência, para responder como Bolsonaro, por meio de seu discurso político e retórica, mobilizou elementos de desinformação para colocar em xeque a confiabilidade das urnas eletrônicas nas eleições de outubro de 2022. O que se constatou foi que Bolsonaro, ao operar na lógica de fragmentação discursiva, criou antagonismos, reforçou o “nós contra eles” e construiu vínculos simbólicos com seu público usando narrativas de ameaça e vitimização.

Palavras-chave: comunicação política; desinformação; Jair Bolsonaro; eleições 2022; urnas eletrônicas.

ABSTRACT

In a context where disinformation challenges democracies worldwide, the dissemination of false or distorted information has been used by political leaders during their mandates. Former Brazilian president Jair Bolsonaro (PL), who adopted weekly YouTube livestreams since the beginning of his government in 2019, used part of these broadcasts to spread false data about electronic voting machines, demand the return of printed ballots in Brazil, and attack the Superior Electoral Court (TSE). This research presents a qualitative content analysis of 49 livestreams held between January 6 and December 30, 2022, Bolsonaro's last year as president, aiming to understand how he mobilized elements of disinformation in his political discourse to undermine trust in the electoral system. The findings demonstrate that Bolsonaro, operating through discursive fragmentation, created antagonisms, reinforced the "us versus them" narrative, and built symbolic connections with his audience by employing threat and victimization narratives.

Keywords: political communication; disinformation; Jair Bolsonaro; 2022 elections; electronic voting machines.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – CORPUS DA ANÁLISE.....	41
FIGURA 1 – JAIR BOLSONARO EM LIVE NO DIA 28 DE ABRIL.....	43
FIGURA 2 – JAIR BOLSONARO EM LIVE NO DIA 7 DE JULHO.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

STF – Supremo Tribunal Federal

PL – Partido Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DISCURSO POLÍTICO E RETÓRICA	14
2.1 COMUNICAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO	14
2.2 RETÓRICA CONCILIATÓRIA E VINCULATIVA	18
3 O USO DA DESINFORMAÇÃO.....	23
3.1 CONTEXTO ELEITORAL BRASILEIRO EM 2022.....	23
3.2 REVISÃO DE LITERATURA: DESINFORMAÇÃO.....	27
3.3 DESINFORMAÇÃO SOBRE AS URNAS ELETRÔNICAS.....	32
4 AS LIVES DE BOLSONARO	36
4.1 YOUTUBE E A EXTREMA-DIREITA.....	36
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	40
4.2.1 Estratégias Retóricas e Desinformação.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Logo após vencer as eleições de 2018, o presidente Jair Bolsonaro, então filiado ao PSL (Partido Social Liberal) e hoje filiado ao PL (Partido Liberal), fez uma transmissão ao vivo em sua página do *Facebook* e em seu canal do *YouTube* para agradecer aos eleitores que confiaram¹ nele o seu voto. O presidente eleito também informou que o modo de comunicação adotado na campanha, com a utilização majoritária das redes sociais e com transmissões ao vivo nas duas redes sociais, continuaria em seu mandato presidencial. Segundo ele, o novo modo de comunicação adotado em sua gestão tinha como objetivo “prestar contas” pelos atos do governo diretamente para as pessoas, pois a imprensa “exagera e deturpa”², e não seria confiável. Bolsonaro manteve a promessa ao longo dos quatro anos em que exerceu o cargo de presidente da República. De março de 2019 a dezembro de 2022, realizou 181 lives em seu canal do YouTube³.

As transmissões ao vivo semanais, que geralmente ocorriam às quintas-feiras, foram uma das estratégias de comunicação utilizadas por Bolsonaro que ajudaram a manter mobilizada a sua base fiel de eleitores. Estudos como o de Piaia e Alves (2019) mostram como o bolsonarismo soube se valer das redes para cristalizar um ecossistema online – e as transmissões ao vivo foram essenciais para engajar esse grupo e mantê-lo presente, aumentando o número de visualizações e as interações nos comentários.

Geralmente com a presença de ministros e sempre com uma ou um intérprete de Libras, as lives duravam de 15 minutos a pouco mais de uma hora. Na maioria das transmissões, não havia nenhum tipo de questionamento ou pergunta a Bolsonaro, que realizava uma fala vertical e unilateral, ao contrário do que acontece em uma coletiva de imprensa presidencial, por exemplo. Em algumas lives, o presidente abria um espaço no final da transmissão para responder perguntas apenas a jornalistas da Rádio Jovem Pan. Seu ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid, tocava o áudio

¹ Primeiro pronunciamento de Jair Bolsonaro após ser eleito o 38º presidente da República. **Poder 360**, Brasília, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zU8K1YBZPJ0>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

² Lives semanais de Bolsonaro criam cumplicidade com "improviso calculado". **UOL**, São Paulo, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/23/com-lives-bolsonaro-fura-filtro-da-imprensa-e-mantem-estilo-da-eleicao.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

³ Uma análise visual das lives do golpe. Revista piauí, São Paulo, 21 de setembro de 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/uma-analise-visual-das-lives-do-golpe/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2023.

com a questão no celular e Bolsonaro respondia na sequência. Foi o único veículo de imprensa que participou com perguntas. Além disso, a Jovem Pan retransmitia as lives de Bolsonaro.

Relatório do NetLab UFRJ (2022), que mapeou a recomendação de fontes de conteúdo informativo no YouTube durante a campanha eleitoral de 2022, mostra que os materiais da Jovem Pan foram privilegiados de forma sistemática dentro da plataforma. Nas 18 visitas-teste realizadas pelo estudo, os canais do grupo foram identificados 14 vezes na primeira página, e como primeira sugestão, em 55% dos testes.

Um dos vídeos mais recomendados era justamente com Bolsonaro, uma entrevista concedida ao programa Pânico, em agosto. De acordo com o estudo, as recomendações de conteúdo no YouTube têm um forte impacto nas escolhas dos usuários, “especialmente por fazer acreditar que os vídeos recomendados são baseados em critérios de relevância, e não guiados por acordos comerciais e outros interesses”. (p. 3). Assim que o usuário consome um vídeo sugerido na primeira página do YouTube, é levado a mais vídeos da emissora, mergulhando em um ciclo de retroalimentação auto-rerefenciado.

Um dos assuntos presentes no conteúdo do canal do ex-presidente a partir de janeiro de 2021 foi o atual sistema de voto eletrônico, vigente no Brasil desde 1996 e em constante aprimoramento⁴ que foi continuamente colocado em dúvida por Bolsonaro.

O tema das urnas eletrônicas começou a ser abordado por Bolsonaro logo depois de seu ídolo político e representante da extrema-direita mundial, Donald Trump, perder as eleições presidenciais naquele país e insuflar seus apoiadores a invadirem o Capitólio (Congresso Americano), em 6 de janeiro de 2021⁵. Tanto Trump como a sua base alegavam que houve fraude na eleição de 2020, que deu vitória ao democrata Joe Biden. O episódio gerou caos e mortes nos EUA.

Em uma de suas lives, a do dia 6 de maio de 2021⁶, Bolsonaro declarou, em tom de ameaça, que, “se não tiver voto impresso, é sinal de que não terá eleição. O

⁴ Urna eletrônica evolui no compasso da tecnologia. **Site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, Brasília, 5 de abril de 2023. Acesso em 20 de novembro de 2024.

⁵ Insuflada por Trump, multidão invade Congresso e paralisa ratificação de Biden. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de janeiro de 2021. Acesso em 22 de novembro de 2024.

⁶ Presidente Jair Bolsonaro fala à nação. **YouTube Jair Bolsonaro**, Brasília, 6 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX4wRuswBg0> . Acesso em 5 de agosto de 2021.

recado está dado”. O então presidente, eleito em 2018 pela urna eletrônica, seguiu: “Ninguém mais aguenta esse voto que está aí. Como que você vai dizer que é preciso, que é legal, que é justo e que não é fraudável?”, afirmou o presidente.

No mesmo período, uma comissão especial estudava no Congresso Nacional a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 135/2019, para, entre outras mudanças no sistema eleitoral brasileiro, instituir o modelo de voto impresso defendido pelo então presidente. O procedimento consistiria na impressão de um papel depois que o voto eletrônico fosse finalizado, com a comprovação do voto, que ficaria com o eleitor.

A proposta de emenda à Constituição foi derrotada na Câmara dos Deputados. Mas o ataque às urnas eletrônicas e ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não cessou ao longo de 2021 e continuou em 2022, ano em que buscou a reeleição. Bolsonaro perdeu no segundo turno, em outubro, para Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Poucos dias depois, apoiadores do ex-presidente protestaram em frente a quartéis do Exército pedindo intervenção militar. Em poucos dias de mandato, no dia 8 de janeiro de 2023, Lula sofreu uma tentativa de golpe de Estado.

Na data, apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, que se articularam pelas redes sociais e contaram⁷ com a conivência do Exército brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal, destruíram os prédios dos Três Poderes em Brasília, em um capítulo que ficou conhecido como um dos mais sombrios da nossa democracia recente.

Levando em conta a inovação na forma de comunicação de Bolsonaro, seus ataques às urnas eletrônicas e ao Tribunal Superior e o contexto político-eleitoral brasileiro de 2022, o problema de pesquisa é: quais foram as estratégias retóricas utilizadas por Bolsonaro para conectar e mobilizar elementos de desinformação na criação de uma narrativa de descredibilização do sistema eleitoral brasileiro?

O objetivo geral deste trabalho é compreender, por meio de uma análise de conteúdo, quais foram os recursos que deram robustez aos argumentos do mandatário para descredibilizar o sistema eleitoral brasileiro com desinformação.

Os objetivos específicos são:

i) Avaliar como os argumentos utilizados por Bolsonaro para atacar o sistema eleitoral brasileiro **apareceram e se aprimoraram em sua retórica** ao longo de 2022;

⁷ Como se deu o suporte dos militares ao golpismo de 8 de janeiro. Revista Piauí, São Paulo, 2 de junho de 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/como-se-deu-o-suporte-dos-militares-ao-golpismo-de-8-de-janeiro/>. Acesso em 27 de novembro de 2024.

ii) Identificar **quais foram as instituições/pessoas mais citadas** pelo ex-presidente ao falar sobre o tema fraude eleitoral nos vídeos;

iii) Identificar quais foram os **elementos de desinformação** sobre o sistema eleitoral brasileiro que mais apareceram em suas falas.

iv) Identificar, com base na definição de Dryzek (2010), se Bolsonaro utilizou mais a retórica de vínculo ou a retórica de conciliação

O corpus da pesquisa consistiu em mapear as 49 transmissões ao vivo feitas por Jair Bolsonaro em seu canal no YouTube e, entre elas, selecionar apenas as transmissões em que o ex-presidente realizou ataques ao TSE, urnas eletrônicas e pesquisas de intenção de voto. A primeira live de 2022 foi realizada no dia 6 de janeiro e, a última, no dia 30 de dezembro de 2022. Na ocasião, ele prestou contas aos seus eleitores a respeito dos seus quatro anos na presidência da República. Bolsonaro não conseguiu se reeleger e perdeu no segundo turno para Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A partir do dia 21 de setembro de 2022, o ex-presidente realizou lives diárias com foco no pleito de outubro. Nessas lives, Bolsonaro também divulgava aos espectadores os seus candidatos para governo do estado, senador e deputado federal, com respectivos números na urna e um breve histórico dos pupilos do então presidente. Esses vídeos também estão contemplados na pesquisa.

Foi excluído do corpus as chamadas “lives da liberdade”, realizadas por comunicadores, artistas e, nem sempre, com a presença do ex-presidente. Optou-se por focar a análise nas transmissões ao vivo com o mesmo padrão e formato adotado pelo presidente e sua equipe desde o início do mandato, em 2010.

Foram analisados nesta pesquisa cerca de 2.200 minutos de gravações, o que equivale a pouco mais de 36 horas de conteúdo, todos disponíveis no YouTube de Bolsonaro. A amostra selecionada justifica-se pelo fato de contemplar o último ano do mandato de Jair Bolsonaro, um período crucial para influenciar eleitores e mobilizar o tema para que o assunto tivesse presença ampla no debate público, nas redes sociais e na cobertura da imprensa.

Para embasar esta análise, foi necessário realizar um apanhado sobre as origens do discurso político, que é parte do Capítulo 2. São abordados conceitos trazidos por autores clássicos e apresentados estudos mais recentes que envolvem a extrema-direita, e que mostram qual é a fórmula adotada por líderes populistas contemporâneos. Esta parte do trabalho também trata sobre retórica, mais especificamente as definições de Dryzek (2010) de retórica conciliatória e de vínculo,

que foram utilizadas nesta pesquisa para identificar qual delas foi a predominante nos discursos de Jair Bolsonaro durante suas lives.

No Capítulo 3, há um panorama sobre o conturbado contexto eleitoral de 2022, agravado pela disseminação de notícias falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro e as urnas eletrônicas. Por isso, é apresentado um estado da arte a respeito do tema, com um conjunto teórico sobre os principais conceitos de desinformação, e de como os movimentos nacionalistas e da extrema-direita tem se valido deste mecanismo para vencer eleições. Na parte final do capítulo, é apresentado um conjunto de temas que foram as principais informações falsas disseminadas antes do pleito presidencial de 2022.

A Análise de Conteúdo das lives de Jair Bolsonaro e o uso da retórica de vínculo e de conciliação é o tema tratado no Capítulo 4. Também há explicações sobre o uso do YouTube pelo então presidente da República, e o quanto a plataforma, cujo algoritmo tem privilegiado há anos os movimentos e temas da extrema-direita, foi o ambiente propício para Bolsonaro propagar a sua narrativa enganosa e bélica a respeito do TSE e das urnas eletrônicas.

Por fim, no Capítulo 5, trago nas considerações finais uma breve reflexão de como escolhi o tema desta pesquisa, e o que se espera que ela traga de contribuições para o debate sobre discurso político, desinformação e extrema-direita.

2 DISCURSO POLÍTICO E RETÓRICA

Este trabalho realiza uma análise sobre a retórica de Jair Bolsonaro ao abordar, em suas *lives* no YouTube, o sistema eleitoral brasileiro. Diante desse objetivo faz-se necessário realizar uma breve revisão teórica sobre retórica e discurso político. Tanto um quanto outro são considerados “arte da persuasão”.

A retórica surgiu na Sicília por volta de 465 a.C. para resolver litígios de cidadãos que tiveram seus bens retirados por tiranos (Reboul, 2004). Essa situação trouxe a necessidade de desenvolver uma técnica oratória que pudesse ser usada para persuadir os tribunais da época.

O linguista francês Patrick Charaudeau define o discurso político como um “jogo de máscaras”. Segundo o autor, “toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciatador nem sempre é soberano” (Charaudeau, 2006, p. 21).

Com esses dois conceitos em mente, a proposta deste capítulo é apresentar uma breve revisão teórica sobre a origem e forma do discurso político, e mostrar de que forma a retórica viabiliza a comunicação entre atores distintos com foco na teoria de Dryzek (2010).

2.1 COMUNICAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

Segundo Bobbio (2010), política, derivado do adjetivo originado de *pólis*, significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano e civil. O termo se expandiu pela obra intitulada *Política*, de Aristóteles.

Deve ser considerado o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO, 2010, p. 954).

Para o autor, quando é estendida como forma de atividade, a política está diretamente relacionada ao poder.

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre o outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder

é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem formas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberanos e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência. (BOBBIO, 2010, p. 955).

Uma das formas de estabelecer essa relação de poder entre Estado e cidadãos, ou entre figuras políticas e seus apoiadores, eleitores e simpatizantes, é por meio da comunicação política, conjunto de estratégias desenvolvidas por um político ou partido para influenciar a opinião pública sobre programas de governo, projetos de lei e ideias partidárias. Weber (2020) define o campo como comunicação e política, que é mantido por rituais, símbolos, discursos, propaganda, notícias, acontecimentos, espetáculos e meios de comunicação que acompanham guerras, religiões, democracias, ditaduras, sociedades, instituições e atores políticos no poder. “O campo abriga temas que tensionam os problemas e rotinas da política e da comunicação, que se complementam e se confrontam” (2020, p.12).

Estudos que tratam do tema no Brasil começaram a ser realizados na década de 1980 (Rubim; Azevedo, 1998), impulsionados pelas campanhas que pediam eleições diretas no Brasil. É neste campo que discursos contraditórios de atores políticos com capacidade de expressão popular emergem, segundo Riorda (2006). O objetivo, de acordo com Rincón (2004, p. 2), é o de mobilizar o que ele chama de “lutas por sentido”.

Gomes (2004) explica que a comunicação política é uma especialidade cuja marca é a interlocução interdisciplinar. Ou seja, trata-se de uma interação de diferentes áreas do conhecimento, dividida em dois eixos principais: fenômenos do universo político, como campanhas eleitorais, e dimensões e aspectos do mundo da comunicação e da cultura de massa que se vinculam à política, a exemplo do marketing e da propaganda política. Logo, a comunicação política contemporânea, de acordo com Gomes, é construída e realizada de maneira ininterrupta, e não apenas em períodos de campanha eleitoral, cujo objetivo é a vitória nas urnas.

Considerando o contexto deste estado permanente de campanha por parte dos políticos que já estão eleitos e em posse de seus mandatos, o discurso é utilizado como ferramenta. Pinto (2006, p. 89), afirma que a característica primordial do discurso político é que ele necessita impor a sua verdade a muitos para sobreviver, e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um “jogo de significações”. Ele sofre

cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e facilmente expõe sua condição provisória”.

Já Miguel e Biroli (2010) apontam que o discurso político se adapta às formas dos meios de comunicação, mas também guarda marcas de distinção em relação ao que é veiculado pela imprensa, e tem como objetivo, além da conquista ou manutenção do poder, incitar o ouvinte à ação para que, de alguma maneira, a ordem vigente, seja ela econômica, política ou social, seja alterada.

Segundo Charaudeau, todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si. E são essas relações de força que constroem simultaneamente um vínculo social.

Todo o ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. Entretanto, se esse outro puder ter seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar a sua relação segundo um princípio de regulação. Princípios de alteridade, influência e de regulação são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia de agir sobre o outro. (Charaudeau, 2006, p. 16).

Na análise do autor, a política é o campo em que se dão relações desta força simbólica por meio da conquista e manejo do poder.

No entanto, isso não é suficiente, pois o ator político que busca legitimidade também deve parecer confiável e persuadir o maior número de indivíduos de que deve compartilhar certos valores. Isso coloca a política em uma dupla perspectiva: a de constituir um pensamento político que deve representar um sistema idealizado de valores e a de gerir opiniões para estabelecer um consenso. (Charaudeau, 2009, p. 283 - tradução da autora).

Embora banalizado, o termo “narrativa” é crucial na análise de eventos políticos e ajuda a entender, de acordo com Girardet (1985), realidades complexas. No caso da extrema direita brasileira, da qual Bolsonaro é o maior expoente, a narrativa adotada foi a de que o espectro político de esquerda, supostamente controlando o *establishment* (grupo social dominante/elite que controla a política), é responsável por diversos males sociais (Empoli, 2020).

Ainda segundo Empoli, é parte da estratégia discursiva dos “engenheiros do caos” explorar sentimentos como indignação, medo, incitar preconceitos, insultos e polêmicas racistas ou de gênero para conquistar eleitores. Isso porque os mandatários

sabem que essa estratégia “proporciona muito mais atenção e engajamento que os debates enfadonhos da velha política (2020, p. 88)”. Redes sociais, algoritmos e mineração de dados são algumas tecnologias, segundo o autor, que permitem essa construção de narrativa e segmentação política precisa, o que contribui para moldar comportamentos eleitorais.

Solano (2021) afirma que o *ethos* político da extrema direita precisa da dialética da construção-destruição, com a figura de um inimigo potencializado ao extremo, posteriormente mantido aceso, vivo e perigoso na subjetividade coletiva da população.

Seguindo a lógica da autora e relacionando ao objeto e pesquisa deste trabalho, ao longo de 2022, a culpa dos males no Brasil e da volta do PT ao poder é do sistema eleitoral brasileiro e das urnas eletrônicas, que, segundo a retórica de Bolsonaro em suas lives, é um sistema não confiável e passível de fraude. Essa ideia, é, segundo a autora, “cristalizada na mistificação de um passado mais seguro, quando as hierarquias sociais eram bem determinadas e respeitadas por todos”.

Nas tipologias de políticos de direita definidas por Bolognesi (2018, p.872), Bolsonaro é classificado como o político da direita populista, indiferente a partidos, que defende uma plataforma regressiva em termos de direitos humanos, usa e as práticas de regimes ditatoriais-militares como plataforma e não tem uma doutrina econômica elaborada e definida. “Em termos de valores e costumes, aproxima-se do representante típico da nova direita popular, mas, politicamente, é muito semelhante ao que nas democracias europeias se denomina de direita populista”, (Bolognesi, 2018, p.885).

Segundo Cas Mudde (2004), o populismo se define como uma ideologia estreita (*thin ideology*) – pouco consistente, com um núcleo de conceitos políticos restrito e, portanto, capaz de se combinar com outras ideologias. De acordo com o autor, o populismo entende a sociedade a partir de sua divisão em dois grupos homogêneos: o povo puro e uma elite corrupta.

Mudde (2004) argumenta que, na concepção populista, a distinção normativa entre povo e elite é realizada em termos morais. Não se dá sobre diferenças empíricas (refutáveis) de comportamento ou atitude: a elite é assumida como má, inimiga inconciliável. Enquanto o povo é tido como moralmente superior e unificado.

Para Jan-Werner Müller (2017), o ataque às “elites” (que ganha significados variados a depender do contexto social e histórico, podendo se referir a uma “elite

econômica”, “elite política”, “elite financeira”, etc.) é uma condição necessária mas não suficiente para caracterizar um político como “populista”.

Além de serem antagônicos ao que caracterizam como “elites”, populistas são simultaneamente antipluralistas, alegando que somente eles representam o povo de forma legítima. Com isso, populistas atacam seus adversários, tachando-os de corruptos e imorais.

Na democracia, lembra Charaudeau, o poder do político advém de uma delegação, e o sujeito político deve se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos com quem ele compartilha certos valores. Por isso, segundo o autor, há estratégias no discurso político para que o maior número de cidadãos adira a esses valores.

Temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político. Entretanto, o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional. (Charaudeau, 2006, p. 78).

A seguir, vamos detalhar o conceito teórico de retórica, sobretudo as definições de Dryzek (2010) sobre as retóricas da conciliação e do vínculo, conceito teórico que embasa a análise de conteúdo das transmissões ao vivo de Bolsonaro realizadas no último ano de seu mandato.

2.2 RETÓRICA CONCILIATÓRIA E VINCULATIVA

Aristóteles foi quem estruturou o modo pelo qual a retórica clássica ficou conhecida. Na obra *Retórica*, o filósofo trata dos três modos de persuasão fundamentais: *pathos* (emoção), *logos* (razão) e *ethos*, que refere-se à credibilidade ou caráter do orador como meio de persuasão.

O *ethos* é construído no próprio discurso, e não apenas na reputação pré-existente do orador e é crucial na persuasão, pois a percepção positiva do caráter do orador melhora a eficiência da mensagem. “O orador é simbolizado pelo *ethos*: a sua credibilidade assenta no seu caráter, na sua honra, na sua virtude, na confiança que lhe outorgam” (Aristóteles, 1997, p. 28).

Charaudeau (2006), Maingueneau (2005) e Amossy (2005) defendem que o *ethos* possui uma dupla dimensão: o *ethos* discursivo ou *ethos* construído, e o *ethos* pré-discursivo ou pré-construído. O primeiro se relaciona com a identidade do sujeito enquanto ser social, e o segundo, enquanto ser discursivo.

Na definição de Charaudeau (2006), o *ethos* significa a imagem de si projetada no discurso. O autor recorda que essa é uma questão que vem de longa data, da Antiguidade, com uma proposta de Aristóteles de dividir os meios discursivos que geram influência sobre os ouvintes/espectadores em três categorias: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*, que, de acordo com Bauer (2002), são os “três mosqueteiros” da persuasão.

Logos é a lógica do argumento, e os tipos de argumentos empregados. O *pathos* é o tipo de apelo e reconhecimento dado à audiência. Por fim, o *ethos* abrange as referências explícitas e implícitas de quem fala e estabelece a sua credibilidade em falar o que está sendo dito. “Se o *pathos* é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador” (Charaudeau, 2006, p. 113).

O caráter [*ethos*] pessoal do orador alcança a persuasão, quando ele nos leva a crer no discurso proferido. Acreditamos mais nos homens de bem por serem mais preparados e íntegros do que outros. Em geral, isso é verdadeiro, qualquer que seja a questão, e absolutamente verdadeiro onde a certeza exata é impossível e as opiniões estejam divididas. Assim como as demais, essa espécie de persuasão será alcançada por aquilo que é dito pelos oradores, e não pelo que o povo pensa a respeito do seu caráter antes do início do discurso (Aristóteles, 2007, p. 23).

Embora seja o responsável por apresentar essa sistematização da retórica, Aristóteles vê esse campo não como algo positivo, mas como algo importante de ser estudado para poder identificar maneiras de contrapor a argumentação daqueles que tentam enganá-lo. Assim, a retórica deixa de ser apenas um instrumento a favor da persuasão e passa a ser um instrumento de defesa contra argumentações não baseadas na verdade.

Kock (2013) também aponta para uma aproximação entre a argumentação retórica e a deliberação de Jürgen Habermas, um dos principais teóricos da deliberação, que explora como os processos de deliberação podem melhorar a qualidade das decisões coletivas na democracia. Na deliberação de Habermas, o importante não é alcançar uma verdade absoluta, e sim o consenso entre as partes por meio da razoabilidade argumentativa. Para a argumentação prática, o dissenso é

válido e entendido como reconhecimento das razões do oponente.

A definição proposta por Reboul é de que retórica é a arte de persuadir pelo discurso, o que se entende como toda a produção verbal, escrita ou oral, construída por uma frase ou sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido. "De fato, um discurso incoerente, feito por um bêbado ou um louco são vários discursos tomados por um só" (Reboul, 2004, p. 14).

No entendimento da autora Andréa Lunsford, a retórica é uma função essencial, e que funciona como meio simbólico de indução. "Pessoas andam, falam e respiram persuasão tanto quanto respiram ar. Tudo é potencialmente argumento" (LUNSFORD, 2010, p. 5).

Segundo Reboul, quem se sai melhor neste trabalho de convencimento, geralmente é o político que parece saber naturalmente como falar e se expressar de uma forma que crie identificação com o receptor. Mesmo que existam técnicas de formação de comunicação e expressão, o autor fala que quem é espontâneo é mais eficiente. "O verdadeiro orador é um artista no sentido de descobrir argumentos ainda mais eficazes do que se esperava, figuras que ninguém teria ideia, e que se mostram ajustadas" (Reboul, 2004, p. 16).

Dryzek (2010) defende que a retórica é uma ferramenta crucial para garantir a representatividade de diversos grupos em um contexto no qual a democracia deliberativa não é restrita, e sim ampliada para arenas formais e informais, inclusive as conversações online, com o potencial de "viabilizar a comunicação efetiva entre atores em posições distintas, podendo estabelecer e manter sistemas deliberativos" (DRYZEK, 2010, p. 320).

No artigo "*Rhetoric in Democracy: A Systemic Appreciation*", o autor sugere que a retórica facilita a formulação e a recepção de reivindicações de representação entre sujeitos e audiências com compromissos e disposições divergentes, promovendo a deliberação pública e a formação de opinião.

Ao contrário de visões que veem a retórica como manipuladora, o artigo defende que ela pode enriquecer a democracia ao promover a inclusão e a reflexão crítica:

A retórica é capaz de viabilizar uma comunicação efetiva entre atores em diferentes posições, além de poder fundar e manter sistemas deliberativos. Essa noção abre espaço para um teste sistêmico de diferenciação entre usos desejáveis e indesejáveis da retórica". (Dryzek, 2010, p. 320).

Sobre os usos "desejáveis e indesejáveis da retórica", o autor afirma que nas

situações em que são defendidos os interesses de um público específico, é necessário que eles estejam atrelados a um interesse coletivo, como a justiça social.

Dryzek propõe dois tipos distintos de retórica: a retórica de conciliação (*bridging*) e a retórica de vínculo (*bonding*). A retórica de conciliação tem como objetivo conciliar grupos distintos ao encontrar pontos compartilhados que podem ser usados como os elementos de consenso entre as partes. Já a retórica de vínculo seria voltada ao fortalecimento de ligações já consagradas entre pessoas de um mesmo grupo.

Dryzek afirma que, apesar da retórica de vínculo poder gerar um “nível de solidariedade que permitirá que um grupo oprimido entre de maneira mais confiante na esfera pública mais ampla” (DRYZEK, 2010, p. 331), ela também tem um caráter negativo. Esse caráter negativo, segundo o autor, seria o acirramento de divisões entre grupos, o que reforçaria extremismos. Por isso, a retórica de vínculo pode se expressar por meio do reconhecimento e reafirmação de semelhanças entre pessoas de um determinado grupo, mas também pelo acirramento de diferenças em relação a um grupo distinto.

De acordo com o autor, *bonding* intensifica o vínculo entre os membros de um grupo com pensamentos parecidos. *Bridging* concilia interesses de grupos distintos para chegar a uma decisão consensual. Dryzek frisa que esses dois tipos de retórica teriam o potencial de incentivar a reflexão e, inclusive, direcionar mudanças institucionais no nível do Estado.

O autor traz como exemplo o caso do ativista político Martin Luther King. Na década de 1960, o líder do movimento dos direitos civis utilizou em seus discursos referências como a Declaração da Independência e a Constituição dos Estados Unidos como uma forma de conscientizar os cidadãos brancos sobre o racismo, e a persuadir que eles se comprometessem na busca por uma sociedade mais igualitária.

Neste argumento de Dryzek, as três partes da retórica não exercem o mesmo peso: o apelo à emoção (*pathos*) só seria considerado legítimo se estivesse acompanhado de um argumento racional (*logos*).

Argumentos aperfeiçoados na esfera pública podem ser notados e ouvidos por agentes do Estado, e retóricos como King e Mandela apresentavam sua retórica em conjunto com argumentos. Esse tipo de influência é definido por Habermas como “poder comunicativo” (embora Habermas aceite apenas o argumento e rejeite a retórica). (Dryzek, 2005, p.235).

O autor propõe uma conciliação entre a razão e retórica, e a insere como uma coadjuvante da deliberação. Ou seja, a retórica atua para viabilizar o processo deliberativo, mas sem ser um elemento que constitui esse processo.

Neste trabalho, cuja análise de conteúdo se centrou em 49 transmissões ao vivo realizadas pelo então presidente entre os dias 6 de janeiro a 30 de dezembro de 2022, último ano de seu mandato, as definições de retórica vinculativa e retórica conciliatória serão incorporadas como categorias de análise nas lives em que Jair Bolsonaro atacou o sistema eleitoral brasileiro – o que inclui urnas eletrônicas, mas também os ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A intenção é identificar se Bolsonaro buscou, nestas transmissões ao vivo, intensificar o vínculo com os seus apoiadores mais aguerridos, ou se houve alguma intenção de conciliar grupos distintos. Ou seja: encontrar pontos compartilhados entre eles e usar esses pontos em comum para criar uma ideia consensual sobre o tema urnas eletrônicas/eleições/parcialidade da Corte eleitoral.

Uma das estratégias utilizadas pelo ex-presidente nas transmissões ao vivo foi a de colocar as urnas eletrônicas sob suspeita, lançando dúvidas sobre a segurança do equipamento e disseminando desinformação a respeito das urnas e do sistema eleitoral brasileiro como um todo. Dentro deste contexto, é relevante entender o uso da desinformação feito por Bolsonaro e um breve estado da arte sobre o tema, assunto do capítulo a seguir.

3 O USO DA DESINFORMAÇÃO

Nós acreditamos sim nas máquinas, mas há pessoas que operam as máquinas. Aí o problema existe”. Essa é uma das frases ditas pelo então presidente Jair Bolsonaro em uma live no dia 10 de fevereiro de 2022, último ano de seu mandato.

Falas como essa – que colocam em dúvida a segurança das urnas eletrônicas e jogam dubiedade sobre o sistema eleitoral brasileiro – foram identificadas de forma recorrente nesta pesquisa – que consiste na análise de conteúdo de 49 transmissões ao vivo realizadas por Jair Bolsonaro ao longo de 2022, último ano do seu mandato.

As urnas eletrônicas foram adotadas no Brasil em 1996. Nesses 29 anos de uso, segundo a série “Desvendando a Urna” realizada pelo TSE⁸, qualquer fraude jamais foi detectada em nenhuma eleição, majoritária ou proporcional, e o Tribunal Superior Eleitoral frisa que os aparelhos estão em constante aprimoramento, justamente para evitar possíveis falhas. Logo, é possível afirmar que o ex-presidente do Brasil adotou como estratégia em seu discurso difundir desinformação sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro.

Neste capítulo, começaremos com o contexto eleitoral brasileiro de 2022, cuja violência política alcançou níveis inéditos, partimos para uma revisão de literatura sobre os conceitos de desinformação e fake news. E, em seguida, expomos como a desinformação apareceu na eleição brasileira de 2022.

3.1 CONTEXTO ELEITORAL BRASILEIRO EM 2022

Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da República em 2018 e tentou a reeleição em 2022. É filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro⁹, nasceu em 21 de março de 1955 e seguiu carreira militar antes de migrar para a política. É casado com Michelle Bolsonaro, com quem tem uma filha, a caçula Laura. Bolsonaro tem outros quatro filhos, três deles na política: Flávio Bolsonaro, senador

⁸ Série Desvendando a Urna: já foram comprovadas fraudes nas urnas eletrônicas? Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Outubro/serie-desvendando-a-urna-ja-foram-comprovadas-fraudes-na-urna-eletronica> .

⁹ Biografia Jair Bolsonaro. Biblioteca da Presidência da República. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/biografia/biografia?TSPD_101_R0=086567d05fab200012067ddc005e03b7a1342ab80bd51c70bd3eb5158ef62e16e2850c38b0176242083b94dbb1143000efe2d028c92b00cb544070a6b8007b60170113aa32a24d19158f3be1f95c8bf1663ab12ff3fe760d4442d9a8c5590382 . Acesso em abril de 2024.

pelo Rio de Janeiro, Eduardo Bolsonaro, deputado federal por São Paulo e Carlos Bolsonaro, vereador pelo Rio de Janeiro em seu 6º mandato. Começou a sua trajetória militar na Escola de Cadetes de Campinas, em 1973, aos 18 anos. Em 1974, foi aprovado na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), em Resende (RJ). Em 1977, concluiu o curso e foi declarado aspirante a oficial de artilharia e, depois, para capitão do Exército brasileiro. A sua trajetória no meio militar foi conturbada: nos anos 1980, Bolsonaro ficou 15 dias preso em um quartel depois de publicar um artigo¹⁰ de opinião na revista Veja com o título "O salário está baixo", onde ele cobrou o então comando militar pelos salários pagos para soldados e oficiais de baixa patente. A queixa do então capitão é vedada pelo Código Penal Militar, de 1989, que proíbe manifestações políticas realizadas publicamente. A mesma Veja, em 1987, publicou reportagem em que revelava supostos planos de Bolsonaro e de um colega militar de explodir bombas em instalações militares como forma de pressão para melhoria dos salários. Bolsonaro negou o plano, mas respondeu a uma investigação do Exército e foi inicialmente condenado por unanimidade, mas absolvido pelo STM (Superior Tribunal Militar) por ausência de provas.

Em 1988, foi para a reserva e iniciou a sua carreira política, dedicada em boa parte à defesa dos interesses dos militares. Se elegeu vereador no Rio de Janeiro pelo então PDC (Partido Democrata Cristão) e ficou dois anos na Câmara de Vereadores do Rio, onde encabeçou projetos como gratuidade no transporte público para militares. Dois anos depois, em 1990, elegeu-se deputado federal com a mesma plataforma, e ficou 28 anos na Câmara, onde era considerado um deputado de "baixo clero"¹¹, por causa da falta de expressão na casa legislativa, pela ausência de propostas relevantes e por não integrar cargos na mesa diretora da casa. Passou por oito partidos ao longo da carreira política. Atualmente, é filiado ao PL (Partido Liberal), que tem a maior¹² bancada na Câmara dos Deputados, com 96 parlamentares.

Na sua carreira política, defendeu a redução da maioria penal, o direito à legítima defesa, a posse de arma de fogo para pessoas sem antecedentes criminais e valores cristãos como a defesa da família dita tradicional. Também idealizou

¹⁰ O artigo em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>

¹¹ Deputados de alto e baixo clero: como eles se relacionam com a eleição. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/29/O-que-s%C3%A3o-deputados-do-alto-e-do-baixo-clero-e-como-eles-se-relacionam-com-a-elei%C3%A7%C3%A3o-da-C%C3%A2mara>

¹² Bancada atual da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>

proposta para tornar obrigatório o voto impresso no Brasil. De acordo com a biografia¹³ de Bolsonaro disponível na página da presidência da República, o voto impresso "contribuirá para a realização de eleições mais confiáveis e passíveis de auditoragem".

Por causa de sua defesa de pautas como a redução da maioria penal e por declarações consideradas pouco usuais por parte de políticos, Bolsonaro ganhou atenção da imprensa em meados dos anos 2010 e aumentou o seu espaço nas redes sociais. Este período coincide com o crescimento da extrema direita no Brasil que, segundo Bolognesi (2018, p.872), é um fenômeno contemporâneo do avanço do mesmo espectro político na Europa e nos Estados Unidos, e que marca uma guinada conservadora nas democracias ocidentais no século 21.

No Brasil, há mais camadas de complexidade, de acordo com o autor: ascensão de uma direita religiosa na Câmara dos Deputados, surgimento de uma direita tipicamente liberal na economia e nos costumes, e a ascensão de movimentos sociais *anti establishment*, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

Em 2018, após uma campanha eleitoral marcada pela disseminação de fake news, Bolsonaro foi eleito presidente da República em outubro daquele ano com mais de 57 milhões de votos, 55.13% do eleitorado brasileiro. Tentou se reeleger em 2022, mas foi derrotado no segundo turno por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em uma eleição que se centrou nos dois candidatos e cuja disputa foi definida no 2º turno: segundo o TSE¹⁴ (Tribunal Superior Eleitoral), Lula teve 50,90% dos votos válidos e Bolsonaro, 49,10%.

O resultado da eleição presidencial de 2022 no Brasil foi o mais apertado desde a redemocratização do país, com diferença de 1,8 pontos percentuais, o que representa pouco mais de 2 milhões de votos. O número explicita o que foi a campanha eleitoral para a presidência da república: marcada pela polarização entre os dois nomes e com chances ínfimas para outros candidatos.

De acordo com Paul DiMaggio et al. (1996), a polarização é a extensão do desacordo em que opiniões se encontram. Bolsonaro e Lula disputaram de forma antagônica o pleito de 2022, construindo um ambiente polarizado de disputa, que também foi palco de tensão social e violência política.

¹³ Biografia Jair Bolsonaro. Biblioteca da Presidência da República. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/biografia/biografia>

¹⁴ Justiça Eleitoral - Eleição Ordinária 2022. TSE, Brasília, 2 de outubro de 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> . Acesso em 14 de outubro de 2023.

Um dos episódios mais emblemáticos pré-eleições foi a morte¹⁵ do militante petista Marcelo Arruda. O guarda municipal era tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), e foi assassinado a tiros pelo policial penal federal Jorge Guaranhos em sua festa de aniversário de 50 anos, cuja temática era o então candidato e hoje presidente Lula.

Entre julho e setembro de 2022, período em que Arruda foi assassinado, houve aumento expressivo no número de ocorrências desta natureza. Segundo Borba (2022), o início oficial da campanha, no dia 16 de agosto, foi marcado por um clima inédito de violência política no Brasil, e o medo e a insegurança contaminaram boa parte dos eleitores brasileiros.

Neste período de três meses, foram registrados 212 casos de violência, um aumento de 110% em comparação ao trimestre anterior. Pelo menos 25 estados tiveram registros de violência, segundo o Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). No período, 21 homicídios ocorreram no país por questões envolvendo política.

Dos 30 partidos registrados no TSE, 29 foram atingidos por violência, sendo o PT de Lula o campeão de ataques, com 37 casos. A sigla é seguida pelo PSOL, com 19 ocorrências, e pelo PL de Bolsonaro, com 17. As ameaças se destacaram como o principal tipo de violência: 49,5% dos casos.

Para além da violência política, conteúdos com desinformação a respeito da lisura do pleito de 2022 tomaram as redes sociais digitais ao longo da campanha e logo após a vitória de Lula, que alegava que o resultado seria fruto de fraude (Vicari, 2024, p.107). E que o presidente Jair Bolsonaro, alinhado com as Forças Armadas, tomariam medidas necessárias para “reverter o quadro”.

Considerando o contexto informacional pós eleição de 2022 e as incertezas sobre o estado da democracia brasileira em meio a uma guerra informacional, faz-se necessário trazer um apanhado sobre as origens e o entendimento do conceito de desinformação, tema do tópico que se segue.

¹⁵ Guarda municipal que era tesoureiro do PT é morto a tiros por apoiador de Bolsonaro na própria festa de aniversário, em Foz do Iguaçu. **G1**, São Paulo, 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/10/guarda-municipal-e-morto-a-tiros-na-propria-festa-de-aniversario-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Acesso em 14 de outubro de 2023.

3.2 REVISÃO DE LITERATURA: DESINFORMAÇÃO

Em uma definição livre, a desinformação pode ser entendida como a disseminação deliberada de informações falsas, enganosas ou imprecisas, com o objetivo de induzir ao erro ou manipular a percepção pública.

O conceito abrange uma ampla gama de práticas: desde a criação e compartilhamento de notícias falsas – as *fake news* – até a distorção intencional de fatos verídicos, e se aproveita da vulnerabilidade das audiências para prosperar em ambientes férteis, como o de grupos desconfiados da credibilidade das fontes, ganhando tração em momentos de crise, seja política, social, econômica ou todas somadas.

Uma *fake news* pode ser disseminada por vários canais de comunicação, como, por exemplo: redes sociais, sites que imitam o formato jornalístico, vídeos, áudios e cards compartilhados em aplicativos de mensagem, ou até mesmo por autoridades governamentais em seus discursos ou comunicações públicas, inclusive as oficiais.

Segundo Dourado (2020), a terminologia *fake news* se tornou popular no ano de 2016, e surgiu em meio a um contexto marcado pela polarização da disputa política-eleitoral e pela ascensão de novos líderes políticos de extrema direita e de tendência populista, em âmbito mundial. *Fake news*, diz a autora, são mentiras, mas não são mentiras simples: elas se convertem em narrativas construídas deliberadamente para gerar engano.

Os exemplos mais clássicos de uso das *fake news*, segundo Dourado, foram vistos nas eleições que deram a vitória, pela primeira vez, ao republicano Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, e no episódio do referendo que marcou o processo da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, no mesmo ano.

Em 2017, o mundo acompanhou de perto o tensionamento das eleições francesas em função do protagonismo conquistado pela política de extrema direita Marine Le Pen. Em 2018, relembra Dourado (2020), a onda conservadora de direita foi persistente nas eleições do México e bem-sucedida no caso do Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro no segundo turno.

Neste período do século 21, portanto, movimentos de extrema direita, direita nacionalista ou de direita radical têm sacudido a política doméstica nos Estados

Unidos e de diversos países da União Europeia, além da América Latina e do Brasil. Em comum, segundo a autora, esses movimentos têm se valido da desinformação para alcançar os seus objetivos político-eleitorais.

Freelon & Wells (2020) afirmam que, antes de 2017, a desinformação raramente era um tema de análise primária dentro de discussões acadêmicas. Quando o termo aparecia, era geralmente como um pequeno detalhe numa discussão sobre outro objeto de estudo. Entretanto, nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, quando o republicano Donald Trump venceu a democrata Hillary Clinton, houve uma grande disseminação de notícias falsas, o que suscitou interesse sobre o tema por parte da comunicação e da ciência política. De acordo com os dois autores, que observaram 238 resultados do Google Scholar de 2000 a 2009 cujos títulos contêm o termo desinformação (incluindo usos não relacionados em finanças e medicina), mais de 70% dos resultados contendo “desinformação” nos seus títulos foram publicados depois de 2016, uma evidência clara de um aumento no interesse acadêmico.

O Conselho da Europa (2018), organização internacional europeia que atua na defesa dos direitos humanos, da democracia e do estado de direito, afirma que desinformação “inclui todas as formas de informação falsa, imprecisa ou enganosa concebida, apresentada ou promovida para causar intencionalmente danos públicos com fins lucrativos” (Desinformação, 2018, p.3).

A organização classificou as *fake news* em três categorias, e a caracteriza como um fenômeno mais amplo, definido como desordem informacional:

1. A **desinformação** (*disinformation*), que consiste em notícias falsas que são **deliberadamente criadas e espalhadas** para prejudicar uma pessoa, um grupo social, organização ou país.
2. A **informação errada** (*misinformation*), sendo a notícia falsa que é **compartilhada por uma pessoa que não sabe que é falsa** ou que tenha intenção direta de prejudicar alguém.
3. A **má-informação** (*mal-information*), notícias que, ainda que possuam bases reais, são modeladas, compartilhadas e **direcionadas com a finalidade de causar danos**, muitas vezes revelando publicamente temas da esfera privada (MENDES, DONEDA e BACHUR, 2018, p.143; WARDLE e DERAKHSHAN, 2019, p.47).

A desinformação, segundo a definição de Wardle e Derakhshan (2017, p. 5), integra o fenômeno da desordem da informação ao lado da informação incorreta e da má informação. A informação incorreta (*mis-information*) abarca o compartilhamento de conteúdos enganosos e falsas conexões, mas sem a intenção de causar prejuízo. Já a má informação (*mal-information*) é composta por informações genuínas, porém nocivas, como: conteúdos vazados, assédio e discurso de ódio, que são compartilhados com a consciência de que aquele conteúdo vai ocasionar danos. De acordo com os autores, desinformação (*dis-information*) está na intersecção entre ambas: a informação incorreta é apenas falsa. A má informação é somente nociva. Já a desinformação reúne conteúdos falsos e nocivos, que são fabricados e compartilhados com a intenção de causar prejuízo.

Na mesma linha teórica, Bennett e Livingston (2018) usam o termo desinformação para qualificar as falsidades intencionais que se espalham em formato de notícias ou, ainda, em documentários simulados para promover objetivos políticos. Há de se ter cautela, segundo eles, com o emprego do termo “*fake news*”, pois este não contempla o fenômeno em toda a sua dimensão e acaba por enquadrar o problema como incidentes isolados. A desinformação “convida a olhar para perturbações mais sistemáticas dos fluxos de informação oficial devido a enganos estratégicos que podem parecer muito credíveis para aqueles que os consomem”. (Bennett; Livingston, 2018, p. 124, tradução da autora).

Além disso, é necessário levar em conta que o compartilhamento de imagens, vídeos e memes enganosos reforça o conceito do termo desinformação, pois, segundo Wardle e Derakhshan (2017, p.18), a desinformação considera diversos formatos de conteúdo falso e distorcido, enquanto o uso de termos como *fake news* é usado comumente para sites de notícias fabricadas, que copiam visualmente o layout de sites jornalísticos conhecidos e com credibilidade.

Esse cenário de poluição da informação acaba por promover um ambiente nocivo, perigoso e antidemocrático na sociedade. “A desinformação é mais ampla em escopo do que *fake news* porque se refere não apenas a ‘*news*’, mas também a todos os tipos de informações ‘distorcidas’” (BILLIET et al., 2018, p. 12). Além disso, a desinformação tem necessariamente a intenção de obter algum benefício, seja ele político ou financeiro. “desinformação online é entendida aqui como publicações online de afirmações sobre fatos, produzidas intencional e conscientemente para

servir a objetivos estratégicos e são disseminadas tendo como meta influência social ou lucro” (HUMPRECHT, 2018, p.2).

Para Santaella (2019, p. 111), o mecanismo da desinformação “agencia a proliferação de paisagens falsas que provocam efeitos sensíveis na vida real, especialmente na política, campo sobre o qual recaem as maiores preocupações acerca da fake news”. Recuero (2020, p.6) afirma que desinformação “é um tipo de discurso que disputa visibilidade e legitimação”.

No caso das lives de Jair Bolsonaro analisadas nesta pesquisa, a desinformação disseminada pelo então chefe de Estado sobre as urnas eletrônicas tinham por objetivo questionar a confiabilidade das urnas e colocar em xeque o resultado eleitoral de outubro de 2022 e engajando os seus eleitores, sobretudo a base fiel bolsonarista.

Esse fato se conecta com o que os autores Wardle e Derakhshan definem sobre se conteúdos cuja base é a desinformação são bem-sucedidos ou não. De acordo com eles, há sucesso de conteúdos que tocam as emoções das pessoas e a forma como as plataformas sociais foram projetadas para amplificá-los. Os dois fatores estão diretamente relacionados, pois há um desejo de se conectar com semelhantes e melhorar o desempenho dos conteúdos on-line, para que gere curtidas, comentários ou compartilhamentos, pois são os algoritmos que auxiliam a disseminação ampla e rápida de conteúdos com apelo emocional.

Segundo (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 25-28), outro elemento importante nesta engrenagem é o intérprete, que interpreta a informação conforme seu status sociocultural, seu posicionamento político e suas experiências pessoais – e isso, afirmam os autores, deixa o fenômeno ainda mais complexo, pois a pessoa se torna um agente de desinformação ao compartilhar a mensagem.

Para Bennett e Livingston (2018, p. 129), o problema da desinformação deve considerar, em conjunto com o crescimento dos canais alternativos de informação, a crise de legitimidade das instituições democráticas. Quando combinados, o crescimento dos meios alternativos com a descrença nas instituições permitem que a agenda de eleições seja definida por redes de comunicação da direita.

Foi o que aconteceu, exemplificam os autores, nas eleições dos Estados Unidos de 2016, quando ocorreu um complexo entrelaçamento de temas misturando “benefícios fiscais e regulamentares para os ricos com desinformação sobre mudanças climáticas, imigração, refugiados, incompetência e desperdício

governamental, e uma série de outras questões destinadas a agitar multidões políticas”. O mesmo¹⁶ se repetiu e se sofisticou em 2024, quando Donald Trump seguiu a cartilha e aprofundou o método em sua nova disputa pela Casa Branca, com o reforço de influenciadores digitais e uso intenso da plataforma digital X (antigo Twitter) – ele venceu a democrata Kamala Harris.

Sob a liderança do bilionário Elon Musk, que promoveu mudanças drásticas na política de privacidade da empresa, a plataforma permitiu a Trump contornar a mídia tradicional e se comunicar diretamente com seus apoiadores. Novamente, considerando o objeto desta pesquisa, é possível afirmar que Jair Bolsonaro fez o mesmo com as suas lives no YouTube.

De acordo com Da Empoli (2020), essa colaboração entre membros e figuras aliadas à extrema direita não é somente algo simbólico: o autor defende que se desenvolveu/segue em desenvolvimento uma cadeia global que reúne lideranças capazes de conduzir operações globais de desinformação. O resultado disso, segundo o autor, é um impacto geopolítico amplo, com a replicação de estratégias e fórmulas que nacionais populistas – como Bolsonaro – utilizam ao redor do globo.

No contexto político, a desinformação pode ser uma ferramenta eficaz e poderosa para influenciar eleições, moldar opiniões públicas e minar a confiança nas instituições democráticas. Regimes autoritários frequentemente se utilizam da desinformação como uma estratégia para restringir a liberdade de expressão, controlar o fluxo de informações e silenciar dissidentes.

A circulação de mentiras empacotadas como notícias e disseminadas digitalmente se tornou central nas eleições nos últimos anos em vários países, e não apenas no Brasil. Eleições livres, frequentes e justas, conforme afirma Dahl, são estruturas que fundam e formam o modelo de democracia representativa moderna (2011, p. 109-110).

Os desafios morais, éticos e políticos contemporâneos impostos pela participação das *fake news* no jogo eleitoral procuram compreender de que maneira é possível preservar valores como liberdade de expressão, diversidade de fontes e cidadania inclusiva, sem dar espaço a forças e a movimentos antidemocráticos. No

¹⁶ As ousadas táticas de marketing de Donald Trump nas eleições americanas de 2024. **Revista Exame**, São Paulo, 6 de novembro de 2024. Disponível em: <https://exame.com/marketing/as-ousadas-taticas-de-marketing-de-donald-trump-nas-eleicoes-americanas-de-2024/>.

tópico a seguir, traremos um breve apanhado sobre como a desinformação a respeito das urnas eletrônicas apareceu nas eleições de 2022 no Brasil.

3.3 DESINFORMAÇÃO SOBRE AS URNAS ELETRÔNICAS

A desconfiança com relação às urnas eletrônicas no país não integravam a pauta política de candidatos mainstream até o ano de 2014, quando o postulante ao cargo de presidente da República, Aécio Neves (PSDB), lançou dúvidas sobre a eficácia dos equipamentos após o fim do pleito eleitoral. Naquele ano, o tucano perdeu a eleição presidencial para Dilma Rousseff (PT) no 2º turno.

Na época, Neves contestou o resultado do pleito – Dilma teve 51,64% dos votos válidos e foi reeleita, e Aécio 48,3% – e pediu uma auditoria¹⁷ das urnas eletrônicas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), para apurar se houve fraude na contagem de votos. O PSDB contratou auditores independentes para investigar o sistema eleitoral. E eles concluíram que os votos foram, sim, computados corretamente.

Em vídeo publicado em seu canal no YouTube de dentro do hospital, enquanto recuperava-se de um atentado à faca que sofreu na cidade de Juiz de Fora (MG) em um evento de campanha, Jair Bolsonaro insinuou que existia insegurança no processo eleitoral e nas urnas, o que levou a plataforma retirar o material do ar por determinação do TSE (Azevedo Jr., 2021, p. 99).

No entanto, essas insinuações abriram caminho para o que Recuero (2020) denominou de “evento de desinformação no *Twitter*”, constituído pelo “conjunto de ataques, desmentidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à urna eletrônica e ao processo eleitoral nos dias que antecederam o 2º turno das eleições presidenciais de 2018 no Brasil” (Recuero, 2020, p. 384).

O cenário de desconfiança sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro, que vinha se desenhando desde 2014, atingiu o seu ápice em 2022, segundo (Vicari, 2024, p.114). “Pode-se dizer que a eleição presidencial de 2022 consolidou a retórica da fraude nas urnas eletrônicas como um dos principais componentes da estratégia de campanha adotada por Jair Bolsonaro e difundida de

¹⁷ O que a auditoria das urnas eletrônicas na eleição de 2014 descobriu? Jota, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/o-que-a-auditoria-das-urnas-eletronicas-na-eleicao-de-2014-descobriu> . Acesso em janeiro de 2025.

maneira extensa nos sites de redes sociais por apoiadores, o que não havia ocorrido – ao menos, não com tamanha proporção – até então”.

Considerando a análise de (Vicari, 2024), cujo trabalho se centrou em 853 peças de desinformação únicas, coletadas por meio de verificações feitas por nove sites de checagem de fatos diferentes entre 1º de agosto de 2022 e 1º de dezembro de 2022, a campanha de Jair Bolsonaro em 2022 foi amplamente beneficiada pelo argumento de que estaria em curso no pleito presidencial um plano que visava fraudar o resultado das eleições para retirar o então presidente do poder. Essa afirmação foi identificada em 29% das peças de desinformação analisadas pela autora.

Para a construção de uma narrativa que buscava comprovar o caráter fraudulento das eleições, foram mobilizados conteúdos que levantavam suspeitas sobre os seguintes temas:

- Lisura do processo eleitoral por meio de acusações às urnas eletrônicas e ao processo de auditoria (detectado em 58,6% das publicações);
- **Alegação de interferência interna – do STF ou TSE – ou externa (de mesários, policiais, partidos ou dos Estados Unidos) – no resultado ou no processo eleitoral para favorecer uma das duas candidaturas (detectado em 18% das publicações);**
- **Forças Armadas ou o então presidente Jair Bolsonaro estariam agindo para evitar a fraude nas urnas ou reverter suas consequências (detectado em 12,7% das publicações);**
- **Pesquisas eleitorais e institutos de pesquisa mostravam resultados propositalmente alterados (detectado em 6,6% das publicações)**
- **A suposta fraude eleitoral, após comprovação, estaria repercutindo em países estrangeiros (detectado em 2,5% das publicações)**
- **Esquemas de compra de votos teriam sido colocados em prática no processo eleitoral (1,6% das publicações).**

Conforme a análise de Vicari (2024), a retórica da fraude eleitoral em 2022 começou com o argumento de que as pesquisas eleitorais eram manipuladas para favorecer o candidato Lula.

A autora cita um vídeo com uma reportagem adulterada do Jornal Nacional, em que Bolsonaro era apresentado como favorito por concentrar 44% das intenções

de voto: “Pesquisa do IPEC contratado pela #GloboLixo mostra Bolsonaro na frente...”, dizia a legenda. Outra postagem alegava que o Ipec, responsável por realizar pesquisas eleitorais, teria sede no Instituto Lula, enquanto o Datafolha, instituto de pesquisa do grupo Folha, estaria sediado no endereço do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): “Pesquisas que são mostradas na mídia: Datafolha e Ipec (antigo Ibope). Datafolha: localizado dentro da sede do PSOL E agora o Ipec: Localizado dentro do instituto Lula. É claro que Lula vai ficar na frente, não tem como um filho ir contra o papai!”, dizia um dos conteúdos.

De acordo com Vicari (2024), a retórica da fraude foi incorporada por alegações de que o Judiciário, por meio do STF e do TSE, estaria atuando para favorecer Lula na disputa presidencial. Uma publicação fabricada “denunciava” que o TSE estaria favorecendo Lula a partir de propaganda irregular nos títulos de eleitor ou de um QR Code que, ao ser acionado, teria a função de transferir votos para Lula.

Também foram recorrentes, segundo análise da autora, as publicações que citavam Alexandre de Moraes, ministro do STF e atual presidente do TSE, como cúmplice da fraude. Mais de uma história enganosa afirmou que Moraes teria “vendido as eleições de 2022 para o PT”.

Como a nossa pesquisa centra-se nas lives do YouTube realizadas por Jair Bolsonaro em 2022, cabe trazer dados sobre como a desinformação e o ataque ao sistema eleitoral repercutiram na plataforma.

O Relatório Eleições 2022 FGV - Desinformação e ataques ao sistema eleitoral mapeou 433 vídeos destacados como relevantes no debate sobre a Justiça Eleitoral. Canais como Os Pingos nos Is e Jovem Pan News, alinhados à base do ex-presidente, se destacaram como os mais acessados. O relatório aponta ainda que os argumentos assumiram um tom maior de sensacionalismo e alarde, e o conteúdo majoritário em circulação era o de críticas à Justiça Eleitoral. Vídeos com oposição mais explícita e direta ao TSE obtiveram lugar de protagonismo. Ernsen (2024), mostra que essa mesma estratégia foi adotada durante a pandemia de covid-19. Enquadrado pela autora no gênero de jornalismo de fachada, o programa Pingo nos Is parece ter sido criado para reforçar a narrativa bolsonarista, usando sobretudo os comentários de opinião do seu time de comentaristas, que atacam os mesmos atores atacados por Bolsonaro.

Segundo o relatório da FGV, o mapeamento das menções à fraude eleitoral no YouTube teve uma disputa mais acirrada, diferente do que ocorreu em outras redes

sociais analisadas no estudo, como o Facebook e o Twitter. Em setembro de 2022, o vídeo no YouTube com mais visualizações, do canal Meteoro Brasil, indicava que eleitores de Bolsonaro iriam errar o voto propositadamente, e alegar um conluio do TSE.

Porém, mesmo com a tentativa de disputar os argumentos sobre as urnas, prevaleceram as narrativas de descredibilização das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral. Em outubro de 2022, conforme frisa o relatório, o YouTube foi constantemente acionado para materializar a tese de fraudes nas urnas.

Não é de hoje que a plataforma de vídeos, que foi escolhida por Jair Bolsonaro como o principal meio para se comunicar diretamente e oficialmente com a sua base de eleitores, é usada de forma habilidosa pela extrema direita e beneficiada pelos algoritmos, tema do quarto capítulo.

4 AS LIVES DE BOLSONARO

Nesta seção, apresentaremos a natureza do nosso objetivo empírico: a análise de 26 das 49 lives no YouTube realizadas por Jair Bolsonaro em 2022, último ano de seu mandato na presidência da República. A análise é centrada em três temas-chave: ataque às urnas eletrônicas, ataque ao Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e seus ministros, e às pesquisas de intenção de voto. Por isso, o número analisado ficou reduzido a pouco mais da metade do total de lives.

Primeiro, analisaremos o espaço utilizado por Bolsonaro para realizar as suas transmissões: o YouTube. Na sequência, apresentamos a metodologia de Análise de Conteúdo, na qual o trabalho é pautado, e finalizamos com as transmissões ao vivo e os elementos de desinformação mobilizados por Bolsonaro para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro.

4.1 YOUTUBE E A EXTREMA-DIREITA

A plataforma de vídeos é uma das redes sociais mais utilizadas pelos brasileiros – perdendo apenas para o Whatsapp. A audiência estimada no Brasil é de 120 milhões de usuários, número que não é alcançado por nenhuma plataforma de streaming que atua no mercado nacional. Segundo dados de pesquisa¹⁸ realizada pela Reuters em 2019, o YouTube é a segunda rede social mais acessada no país, por 80% dos usuários – o Whatsapp é utilizado de maneira cotidiana por 84%.

O YouTube teve um boom de usuários entre 2014 e 2018, além de novos canais e produtores de conteúdo, em um intervalo de acirramento de ânimos políticos e surgimento de movimentos suprapartidários alinhados com ideologias à direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre).

Neste período, nomes de extrema-direita ganharam notoriedade por meio da plataforma, como o ideólogo Olavo de Carvalho (1947-2022), que se tornou uma espécie de guru do ex-presidente Bolsonaro e do bolsonarismo ao disseminar antipetismo, defender a menor intervenção possível do Estado e divulgar teorias conspiratórias.

Antes de assumir a presidência da República em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro já utilizava as redes sociais e os vídeos no YouTube como a principal forma

¹⁸ Digital News Report 2019. Disponível em: <https://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/>

de se comunicar com eleitores. O seu canal, de acordo com a descrição no YouTube, foi aberto em 30 de junho de 2009. Em junho de 2025, havia 6,59 milhões de inscritos. Neste período, foram publicados 4.069 vídeos, com 367.498.626 visualizações.

Segundo o projeto Algo Transparency¹⁹, que trabalha com a transparência dos algoritmos na plataforma, na campanha eleitoral em 2018, o volume de vídeos no YouTube com o termo Bolsonaro em recomendações era quase duas vezes maior do que o termo Lula.

Na época, o atual presidente petista era o principal oponente de Bolsonaro; ele foi preso por acusações de corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato, cujos processos foram anulados pelo Supremo Tribunal Federal por falta de competência e parcialidade do ex-juiz e hoje senador Sergio Moro.

O termo Bolsonaro era cinco vezes maior do que a busca por Fernando Haddad – por causa da prisão de Lula, o ex-prefeito de São Paulo foi escalado pelo PT para concorrer; perdeu para Bolsonaro com 44,87% dos votos no segundo turno.

Um outro direcionamento detectado pelo Algo Transparency: mesmo buscas atreladas à Lula ou Haddad traziam no resultado vídeos favoráveis a Jair Bolsonaro, o que indica um viés no algoritmo de ordenação de resultados e nos vídeos recomendados a quem acessa os primeiros vídeos indicados na plataforma.

Além disso, ao longo de todo o período de campanha política nas eleições de 2018, os resultados das buscas privilegiaram especialmente canais com conteúdos alinhados à direita e à extrema direita. (Reis et al, 2019).

Junto a isso, o consumo de vídeos online no Brasil cresceu de 8,1 para 19 horas semanais neste período, enquanto o consumo de vídeos na televisão apresentou um crescimento dez vezes inferior, passando de 21,9 para 24,8. Cerca de 80% dos usuários entram na plataforma buscando conteúdos que não estão na televisão e 75% fazem isso utilizando smartphones (Video Viewers/Provokers, 2018).

Igualmente crescente é a quantidade de conteúdo postado na plataforma, em torno de 500 horas de conteúdo novo por minuto. Para lidar com a quantidade de conteúdo, alguns pesquisadores se dedicam a vídeos categorizados como políticos. Nenhum dos 10 vídeos sobre “marxismo cultural” mais visualizados no YouTube (dez. 2019), porém, é categorizado como News & Politics (sendo este um tema extremamente relevante para a nova direita brasileira e internacional).

¹⁹ Algo Transparency Data. Disponível em: <https://data.algotransparency.org/>

Vídeos de canais religiosos que se definem como “educativos” e YouTubers de direita definidos como “entretenimento” dominam a lista. Logo, o funcionamento dos algoritmos no YouTube, que norteiam 70% dos acessos a vídeos na plataforma, favorece a constituição de nichos de público, e faz com que os canais mais influentes da plataforma possam passar despercebidos por boa parte dos analistas brasileiros que usam o YouTube – e, por consequência, esses os conteúdos políticos “disfarçados” ganham espaço e influência. Tufekci (2019) afirma que a plataforma é um dos instrumentos de radicalização mais poderosos do século 21. Isso porque, segundo ela, o algoritmo de recomendação induz o usuário comum a dar mergulhos cada vez mais fundos em conteúdos radicais, ou seja, o conduz para conteúdos conspiratórios e extremistas, que costumam ter mais visualizações e engajamento, o que contribui para que o YouTube lucre mais.

Levando em conta esses dados e números, é possível afirmar que o uso do YouTube para compartilhar ideias e estabelecer vínculos e criação de grupos é uma indicação do potencial de ferramenta política da plataforma – utilizado desde as eleições do congresso dos Estados Unidos em 2006 e das eleições presidenciais de 2008, os primeiros pelitos que ocorreram após a criação da plataforma (Gueorguieva, 2008; Gomes *et al.*, 2009)

Além disso, o YouTube como ferramenta política vai além dos períodos eleitorais. E o caso de Jair Bolsonaro é exemplar: o ex-presidente utilizou a plataforma em parte do período em que atuou como deputado federal e para auxiliar em sua campanha eleitoral pré-eleição de 2018, e, depois de eleito presidente da República em outubro daquele ano, utilizou a plataforma de vídeos como um canal oficial de comunicação ao longo de seu mandato.

Na pandemia de covid-19, por exemplo, usou como estratégia de comunicação, junto ao governo federal, *Fake news*, *fake sciences*, negacionismo científico, teorias da conspiração, testemunhos falsos, descrédito de autoridades científicas, distorções sobre a gravidade da doença, às medidas de combate, à eficácia de vacinas e à indicação de medicamentos e tratamentos sem efeito comprovado integram práticas desinformacionais utilizadas pelo então presidente (Marques, 2024).

Tornado réu no Supremo Tribunal Eleitoral²⁰ em março de 2025 pela tentativa de Golpe de Estado entre 2022 e o fatídico ataque aos Poderes em 8 de janeiro de 2023, as lives de Bolsonaro com ataques às urnas eletrônicas foram um dos elementos que embasaram a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra ele e seu entorno.

No documento, o procurador-geral Paulo Gonet afirma que, a partir de 2021, o presidente “adotou crescente tom de ruptura com a normalidade institucional nos seus repetidos pronunciamentos públicos em que se mostrava descontente com decisões dos tribunais superiores e com o sistema eleitoral eletrônico em vigor” (2024, p. 7).

Segundo o procurador, Bolsonaro e demais membros do grupo também tornados réus, que ele denomina como organização criminosa, registrou a ideia de estabelecer um discurso sobre urnas eletrônicas e votações e replicar a narrativa constantemente para deslegitimar um resultado eleitoral que fosse desfavorável a Bolsonaro.

Gonet cita como exemplo (2024, p.9), a live de Jair Bolsonaro realizada no dia 29 de julho de 2021. De acordo com o procurador-geral, foi neste dia que “Jair Bolsonaro deu curso prático ao plano de insurreição por meio de transmissão ao vivo das dependências do Palácio do Planalto. Retomou as críticas, embora vencidas, ao sistema eletrônico de votação e exaltou a participação das Forças Armadas”.

A articulação para este fim envolvia assestar palavras de ódio, sobretudo em ambiente da internet, contra personagens da vida institucional do país identificados como inimigos do grupo, em especial os que tinham a incumbência de dirigir as eleições e zelar pela normalidade do processo. Autoridades públicas do mais elevado grau de responsabilidade no contexto das relações entre os Poderes foram alvo de perseguições e informações falseadas, em detrimento da regularidade da vida democrática. (GONET, 2025, p.9).

Com a proximidade das eleições de outubro de 2022, diz Gonet, o foco da organização voltou-se para as urnas eletrônicas. “Passa-se a buscar qualquer subterfúgio para lançar o sistema eletrônico de votação e apuração dos votos ao descrédito popular” (2025, p.10).

²⁰ Por quais crimes Bolsonaro se tornou réu? CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/por-quais-crimes-bolsonaro-se-tornou-reu-entenda/>

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Na análise deste material, cujo objetivo é compreender a retórica e a mobilização de desinformação utilizada por Bolsonaro para colocar em xeque a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, o método empregado foi o da Análise de Conteúdo (AC), cuja base tem procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos, de modo a criar inferências válidas para descrever, quantificar ou interpretar fenômenos em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, p.17, 2018).

A técnica de Análise de Conteúdo permite organizar, codificar e investigar o material coletado. O conjunto de procedimentos, segundo Krippendorff (2004), possibilita ao pesquisador o entendimento em relação ao fenômeno em particular, e este tratamento estatístico cria “uma nova informação” (BAUER, 2008, p. 191).

A AC é recomendada em pesquisas com foco em gramáticas sociais presentes em discursos gravados, sendo que a análise considera questões como autoridade, poder e acordos contratuais (Krippendorff, 2004). A técnica pode ser aplicada para compreender a estrutura das falas, preservando detalhes e características da comunicação.

No caso desta pesquisa, foi considerada a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, que define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1977, p.42).

No último ano de seu mandato presidencial (2022), Jair Bolsonaro realizou 49 lives em seu canal do YouTube. Aberto em 30 de junho de 2009, o canal²¹ do ex-presidente tem 6,59 milhões de inscritos, 4.069 vídeos e 367.498.626 visualizações.

Todas as 49 lives – cuja a duração média variava entre 35 minutos a mais de uma hora – foram assistidas por completo para seleção dos vídeos em que Bolsonaro se dedicou a colocar em xeque a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e influenciar nas eleições de outubro de 2022. A transcrição dos trechos das

²¹ YouTube Jair Bolsonaro: <https://www.youtube.com/@jbolsonaro>

transmissões onde o ex-presidente empregou esses ataques foram realizados na íntegra pela autora, sem uso de software.

As unidades de análise foram selecionadas dentro deste conjunto de 49 lives, com três temas em especial:

- **Ataque às urnas eletrônicas.**
- **Ataque ao TSE** (Tribunal Superior Eleitoral), aos ministros da Corte Eleitoral, e ao Supremo Tribunal Federal.
- **Ataque às pesquisas** de intenção de voto.

Com este recorte, restaram 26 lives para a análise. O número é mais da metade de todas as transmissões realizadas ao longo de 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro.

A proposta desta pesquisa foi a de detectar e analisar de que maneira o então mandatário mobilizou desinformação nas lives sobre os temas em questão, e qual foi o estilo retórico utilizado, segundo a definição de Dryzek (2010). Embora o discurso seja o ponto central da análise, a pesquisa leva em conta outros elementos presentes nas transmissões ao vivo, ou seja, o conjunto do conteúdo do vídeo.

Abaixo, a relação completa das transmissões selecionadas, com data, duração, e qual foi o alvo principal do ataque durante a fala do então presidente. Há ainda o número de visualizações de cada vídeo até março de 2025:

QUADRO 1 – CORPUS DA ANÁLISE

Data	Título	Duração	Visualizações	Alvo de ataque
27/01/2022	Live da semana – Presidente Jair Bolsonaro	47' 23"	281.808	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>
10/02/2022	Live da Semana – Presidente Jair Bolsonaro	39' 49"	173.909	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros</i>
14/04/2022	Live da Semana – PR Jair Bolsonaro	47' 35"	123.679	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros</i>
28/04/2022	PR Jair Bolsonaro Fala à Nação – Live da Semana	39' 05"	193.550	<i>Ataque às urnas eletrônicas</i>
05/05/2022	Live Semanal de toda quinta-feira/ PR Jair Bolsonaro	1h 10'	199.305	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros e às pesquisas de intenção de voto</i>

12/05/2022	Live semanal – PR Jair Bolsonaro	42' 30"	135.773	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
19/05/2022	PR Jair Bolsonaro fala à nação – Live da Semana	54' 35"	194 mil	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros</i>
27/05/2022	Live da Semana – Presidente Jair Bolsonaro	1'03' 35"	201.904	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros</i>
02/06/2022	Pronunciamento à nação – PR Jair Bolsonaro	38' 35'	224.006	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros</i>
10/06/2022	Live – Los Angeles (EUA)	28' 28"	193 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
16/06/2022	Pronunciamento à nação	25' 34"	176.738.	<i>Ataque às urnas eletrônicas</i>
07/07/2022	Pronunciamento à nação – PR Jair Bolsonaro	46' 15"	458.229	<i>Ataque às urnas eletrônicas, ao TSE e ministros e às pesquisas de intenção de voto</i>
28/07/2022	Live de quinta-feira – Jair Bolsonaro	47' 22"	401 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros e às pesquisas de intenção de voto</i>
11/08/2022	Live da Semana – PR Jair Bolsonaro	54'17'	237 mil	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>
25/08/2022	Live da Semana – PR Jair Bolsonaro	26'30"	368.352	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>
01/09/2022	PR Jair Bolsonaro fala à nação – Live da Semana	46'25"	369.459	<i>Ataque ao TSE e ministros e às pesquisas de intenção de voto</i>
08/09/2022	Live semanal	46'25"	369.459	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>
25/09/2022	Live PR Bolsonaro	1' 14"	584 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
27/09/2022	Antes do Flow com Paulo Guedes – breve live	57'29'	457 mil	<i>Ataque às urnas eletrônicas e pesquisas de intenção de voto</i>
28/09/2022	Live Diária – Eleições 2022	1'12"01'	257 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
29/09/2022	PR Bolsonaro – Live Diária Eleições 2022	49' 20'	391 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
30/09/2022	Live Diária – Eleições 2022 Presidente Jair Bolsonaro	37' 28"	334 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros</i>
05/10/2022	Live PR Bolsonaro – Eleições 2022	44' 57"	523 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros e às pesquisas de intenção de voto</i>
07/10/2022	Live – Belém/PA	1' 02"	392.477	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>

27/10/2022	Live semanal	59' 30"	921.970	<i>Ataque às pesquisas de intenção de voto</i>
30/12/2022	Prestação de Contas e Atual Momento Político Brasileiro	51' 57"	1 milhão 181 mil	<i>Ataque ao TSE e ministros.</i>

Todas as transmissões ao vivo de Bolsonaro seguiram um padrão ao longo de 2022. O então presidente ficava sentado em uma mesa e, como parte do cenário, havia sempre uma bandeira do Brasil. Seja pendurada ao fundo, na parede, ou em cima da mesa, quando as lives ocorriam na biblioteca do Palácio da Alvorada, residência oficial dos presidentes brasileiros.

Figura 1: Jair Bolsonaro e a intérprete de Libras Elisângela em live do YouTube no dia 28 de abril de 2022



Fonte: Reprodução/YouTube (2022)

Bolsonaro também estava acompanhado de uma ou um intérprete de Libras, e convidava um ministro/ministra ou alguém que ocupava um cargo relevante no governo para participar e falar sobre programas recentes do Executivo. Essas pessoas permaneciam durante uma parte da live, geralmente de cinco a dez minutos, como se participassem de uma espécie de “bloco” que tinha como objetivo informar sobre as ações do então governo federal.

Não havia nenhum tipo de apresentação ou resumo inicial que informasse aos espectadores quais seriam os assuntos tratados: Bolsonaro dizia boa noite, a data, hora e local e iniciava a transmissão. Vários assuntos se misturavam: ele podia abrir falando sobre a Cúpula das Américas, mas logo saía do tema, por vezes de forma abrupta, para tecer críticas ao TSE e questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas e a legitimidade das pesquisas de intenção de voto. No final da live, os temas tratados eram colocados na descrição dos vídeos.

O presidente também não falhou nas frequências das lives. Elas eram realizadas semanalmente, geralmente às quintas-feiras. Caso não estivesse em Brasília ou tivesse em agenda fora do país, Bolsonaro fazia as transmissões durante as viagens, e aproveitava para explicar brevemente o que estava tratando no exterior.

Nas 26 lives analisadas entre janeiro e dezembro de 2022, Bolsonaro teceu ofensas ao sistema eleitoral brasileiro ao longo dos meses. A primeira live em que trata do tema em 2022 é na transmissão ao vivo de 27 de janeiro. Neste dia, participou da transmissão Gustavo Montezano, que presidia o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à época. Também houve perguntas de jornalistas da Jovem Pan. Um deles questionou Montezano: o que poderia vir acontecer com o banco caso Lula voltasse à presidência? Quem respondeu a pergunta foi Bolsonaro:

Vai acontecer o que aconteceu no passado. O que vai acontecer, eu não tenho provas, é que está tudo pronto para um possível governo Lula. Muitos desses atores do passado vão retornar, fazendo a mesma coisa ou até pior. Se voltarem, vão voltar para nunca mais sair daqui. Vão reconduzir à cena do crime, está no DNA do PT fazer besteiras. Cabe ao eleitor decidir o que ele vai querer para o futuro de seu país e para si próprio. (27 de janeiro de 2022)

Os mais atacados por Bolsonaro ao longo dos meses foram os magistrados que dirigiram ou compuseram a Corte eleitoral neste período: Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Em 17 das 26 transmissões analisadas, Bolsonaro questionou a legitimidade da Corte eleitoral e colocou o TSE como o principal “problema” do sistema eleitoral.

O segundo assunto mais abordado pelo ex-presidente foram as urnas eletrônicas, que, de acordo com ele, não são confiáveis. Ele tratou do tema em 13 das 26 lives. O terceiro tema mais comentado por Bolsonaro foram as pesquisas de intenção de voto: tratou sobre isso em 11 das 26 transmissões.

Bolsonaro investiu no que Habermas (1981) chama de personalização do conflito institucional ao citar diretamente os nomes dos ministros da Corte eleitoral, em uma lógica de amigo/inimigo, típica da polarização e das democracias contemporâneas. Com isso, de acordo com o autor, os embates políticos e institucionais deixam de ser sobre programas e ações dos governos e passam a ser uma disputa entre indivíduos, geralmente, líderes políticos, o que fragiliza as instituições, que passa a ser atrelada também a juízes, adversários políticos e parlamentares, minando a confiança nas instituições e empobrecendo a esfera pública, pois o espaço para a argumentação racional se limita, enquanto a emocional e polarizada se amplia.

Isso fica claro neste trecho de *live* realizada no dia 5 de maio de 2022, onde Bolsonaro critica uma fala pública do ministro Luís Roberto Barroso, que afirmou que a violação das urnas eletrônicas é algo impossível:

O ministro Barroso disse a pouco tempo que as urnas eram inexpugnáveis. Ora, se elas são inexpugnáveis, se elas não são passíveis de fraude, por que esconder esse documento, essa sugestão das Forças Armadas? Esconder da população? O que a população realmente quer é eleições transparentes, onde o voto do sr. João e sra. Maria seja contabilizado de fato para o candidato. (5 de maio de 2022)

Barroso, que presidia o TSE na época, foi o responsável por fazer um convite para as Forças Armadas participarem da comissão de transparência das eleições, instituída pela Portaria TSE nº578/2021, com o objetivo de aumentar a participação de especialistas, representantes da sociedade civil e instituições públicas na fiscalização e auditoria do processo eleitoral.

Com o convite às Forças, Bolsonaro incluiu em seu discurso sobre o TSE e urnas eletrônicas a militarização do processo eleitoral. Bardin (2011) define esse tipo de discurso como um deslocamento de atribuições.

Ninguém está atacando as eleições aqui, ninguém está atacando a democracia, atacando o egrégio Tribunal Superior Eleitoral. As Forças Armadas foram convidadas e apresentaram sugestões. (5 de maio de 2022)

Ou seja, o ex-presidente sugeriu em suas lives que a legitimidade das eleições brasileiras não cabe apenas ao TSE, mas deve ser compartilhada com as Forças Armadas. Uma lógica que, segundo Habermas (1992), fragiliza a confiança civil na democracia, pois contribui para romper a autonomia institucional do sistema eleitoral. Isso é observado no trecho a seguir:

As Forças Armadas foram convidadas a participar do processo eleitoral. Eu sou o chefe supremo das Forças Armadas. Aceitamos, um convite, né, via ministro Barroso. Segundo a mídia, o nosso pessoal do Exército, da guerra cibernética, buscou então, à convite, o TSE, e começou a levantar possíveis vulnerabilidades. Pra quê? Para ajudar o TSE. Foram levantadas dezenas, centenas de vulnerabilidades. (10 de fevereiro de 2022)

Na mesma transmissão, Bolsonaro segue com a personalização do conflito citando diretamente o ministro Barroso. Ele afirma que o que ele quer, “e tenho certeza que o TSE também quer”, são “eleições limpas, transparentes e que possam ser auditadas. É o mínimo que se espera de um processo eleitoral. Porque ninguém acredita em pesquisa”.

Para que acabando as eleições, ministro Barroso, ninguém tenha dúvida do resultado final. É isso o que vai acontecer no Brasil. É obrigação minha, é tua, é de qualquer cidadão brasileiro. (10 de fevereiro de 2022)

Já na live de 12 de maio de 2022, Bolsonaro segue na personalização do conflito, mas muda o alvo dos ataques para o ministro Edson Fachin, que havia tomado posse em fevereiro como novo presidente do TSE no lugar de Barroso. Bolsonaro lê uma declaração feita no mesmo dia mais cedo por Fachin. O ministro disse: “quem²² trata de eleições no Brasil são as Forças Desarmadas”. Até aquele momento, a fala do ministro havia sido considerada a reação mais dura aos ataques públicos recorrentes de Bolsonaro ao TSE e às urnas eletrônicas.

Bolsonaro reage na live: fala que a notícia é “triste”, que as forças “não querem interferir” no sistema eleitoral, e cita que só há participação na comissão de transparência eleitoral por causa do convite realizado às Forças via portaria do ministro Barroso no período em que ainda presidia o TSE. Bolsonaro afirma: “não sei de onde ele [Fachin] está tirando esse fantasma de que as Forças Armadas querem interferir no sistema eleitoral”.

As Forças Armadas não estão se metendo nas eleições. Elas foram convidadas por uma portaria do então presidente Barroso. Então, prezado ministro Fachin, a gente não entende essa maneira do sr. falar sobre as Forças Armadas. O sr. tem o poder de revogar a portaria. Não estou pedindo para o sr. fazer isso não, mas enquanto a portaria está aí em vigor, eu como chefe supremo das Forças Armadas determinei que eles seguissem nessa missão. Ninguém quer impor nada, atacar as urnas eletrônicas, a democracia.

²² Presidente do TSE diz que quem trata de eleições são Forças Desarmadas. CNN Brasil, Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-do-tse-diz-que-quem-trata-de-eleicoes-sao-forcas-desarmadas/>

Pelo amor de Deus. A transparência das eleições é uma questão de segurança nacional. Ninguém quer ter dúvidas quando acaba a eleição se aquele candidato ganhou mesmo ou perdeu. Por favor, não se refira às Forças Armadas assim. Eu sou capitão do Exército. É uma forma descortês de tratar uma instituição que presta, em várias áreas, excelentes serviços ao Brasil. Então, sem ataques à democracia, as Forças Armadas estão cumprindo o seu papel. (12 de maio de 2022)

Ao dirigir-se diretamente a Fachin, Bolsonaro personifica, novamente, o conflito eleitoral e torna a legitimidade do sistema de voto brasileiro um campo de disputa entre ele e um ministro do TSE/STF. Logo, Fachin deixa de ser apenas o representante do tribunal e uma pessoa encarregada de cumprir sua missão institucional, mas torna-se um novo adversário pessoal de Bolsonaro, por ter sido “descortês” com as Forças Armadas e, por consequência, com Bolsonaro, que fez questão de frisar a sua patente de capitão do Exército.

Na live do dia 5 de maio de 2022, quando Bolsonaro falou demoradamente sobre o assunto ao lado do general Augusto Heleno, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional da presidência, o então presidente mobilizou a ideia de conflito sobretudo em relação à participação das Forças Armadas. Bolsonaro inicia seus ataques aos três minutos de transmissão, e pede ao general Heleno para explicar o que ocorreu. Heleno diz que um repórter da Reuters “fez uma narrativa” de que o diretor do centro de inteligência americano teria sido mandado ao Brasil para dar um recado para Bolsonaro não perturbar mais a realização das eleições de 2022. Afirma que houve conversas entre as áreas de inteligência dos dois países, que “foram muito produtivas”, mas que a conversa sobre eleições nunca ocorreu.

Não houve nenhuma troca de ideias sobre eleições, nem nos Estados Unidos, nem aqui. Essa foi uma notícia falsa” disse Heleno. Bolsonaro retoma a palavra e diz que seria “muito deselegante” um chefe da CIA vir ao Brasil para dar um recado.

Isso é uma mentira, uma fake news. Que por coincidência, né, talvez queiram criar uma narrativa plantada fora do Brasil quando as Forças Armadas, vamos deixar bem claro, foram convidadas a participar do processo eleitoral (12 de maio de 2022)

Bolsonaro segue falando sobre a participação das Forças Armadas: de que “apresentaram sugestões” para incrementar a segurança das urnas eletrônicas, que tinham detectado “uma centena” de vulnerabilidades, e que o TSE “não se manifestou” sobre o assunto. Destacou ainda que os militares não seriam “apenas espectadores”. Ao insistir diversas vezes que “as Forças Armadas foram convidadas”, Bolsonaro tenta

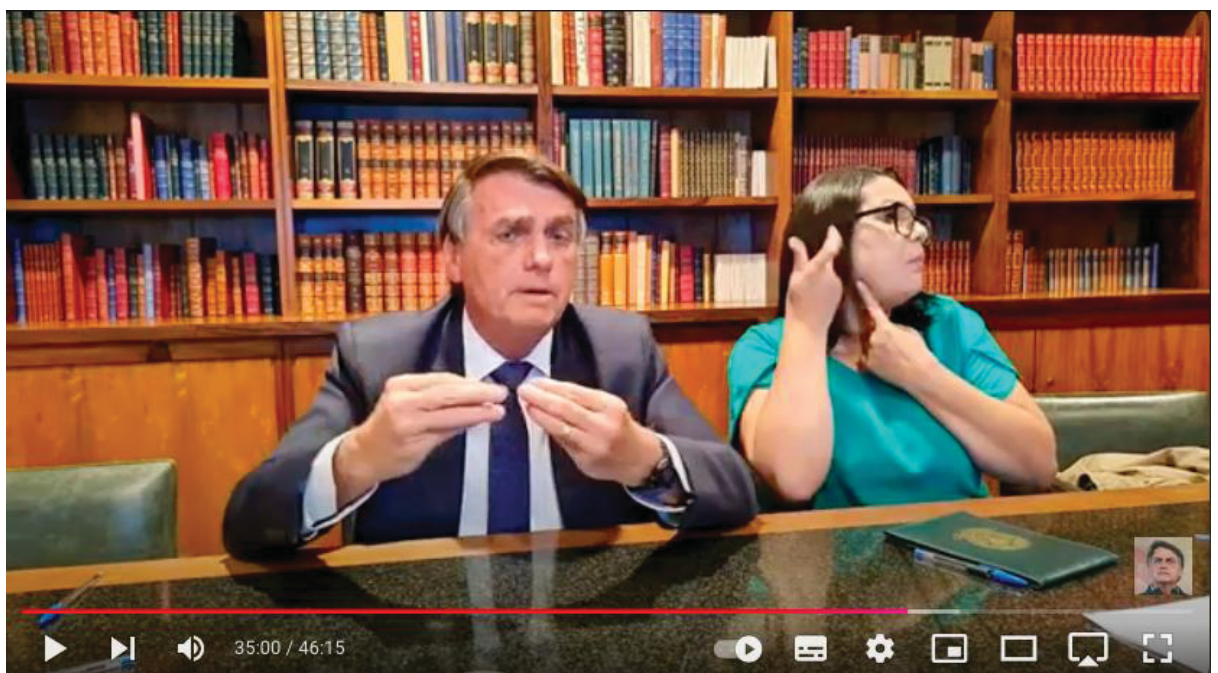
legitimar por meio de sua retórica a participação dos militares no pleito.

Em live de 7 de julho de 2022, Bolsonaro radicaliza o discurso contra Fachin e os outros ministros do STF. Nos 46 minutos de vídeo, o então presidente passou 20 minutos direcionando ataques ao TSE, às urnas eletrônicas, às pesquisas de intenção de voto e ao ministro Fachin, como se vê no trecho a seguir:

Olha, se as urnas são inexpugnáveis, porque quando eu estava na Rússia tratando de soberania nacional, o sr. Fachin declarou que eu fui para lá tratar com hackers para invadir, mexer no sistema eleitoral brasileiro. Meu Deus do céu. Se as urnas são inexpugnáveis, não adianta eu falar com hacker de Saturno, de Vênus, Marte ou da Lua. Para que essa preocupação toda? As urnas são inauditáveis, mas se, porventura, o pessoal de defesa cibernética do Exército, que foram convidados a integrar uma comissão para caso se detecte fraude, não vai valer de nada esse trabalho do das Forças Armadas porque o sr. Fachin diz que isso não muda o resultado eleitoral. (7 de julho de 2022)

Na sequência, Bolsonaro menciona a invasão ao Capitólio nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 por apoiadores de Donald Trump, que havia perdido as eleições para Joe Biden. O episódio terminou com cinco mortes, entre elas a de um policial, e dezenas de feridos.

Figura 2 – Jair Bolsonaro e a intérprete de Libras Elisângela em live do YouTube no dia 7 de julho de 2022



Fonte: Reprodução/YouTube (2022)

Dois anos depois, em 8 de janeiro de 2023, algo semelhante ocorreu no Brasil, com ataque às sedes dos Três Poderes por apoiadores de Bolsonaro, que perdeu as eleições para Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2022. Na live, depois de falar sobre o Capitólio dos EUA, disse aos apoiadores: “você sabe como deve se preparar”, e anuncia que fará uma reunião com embaixadores estrangeiros, que de fato ocorreu dias depois, em 18 de julho.

Não é um novo Capitólio. Ninguém quer invadir nada. Mas para nós sabermos o que temos que fazer antes das eleições. Dizer para vocês que anuncio aqui agora, já conversei com o ministro das Relações Exteriores, vamos marcar para conversar com todos os embaixadores aqui no Brasil. E o assunto será um powerpoint, nada pessoal meu, sobre tudo o que aconteceu nas eleições de 2014 e 2018, documentada, e a participação dos três ministros do TSE. Porque o mundo tem que saber o que é o sistema eleitoral brasileiro. E com toda essa propaganda do Fachin e do sr. Barroso, fora do Brasil, nenhum país do mundo se interessou pelas urnas eletrônicas no Brasil. (7 de julho de 2022)

Esta transmissão de Bolsonaro ocorreu dois dias depois de uma reunião ministerial realizada no dia 5, cuja gravação serviu de base para investigação da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado no ano seguinte. No encontro, o então presidente da República e os ministros discutiram o que a PF chama de “dinâmica golpista”²³.

Nas demais semanas de julho, Bolsonaro seguiu abordando os temas TSE, urnas eletrônicas e pesquisas eleitorais nas lives. Em agosto e setembro, embora ainda falasse sobre os três assuntos, focou esforços em tratar de feitos do seu governo e convocar apoiadores para atos no dia 7 de setembro, feriado que acabou se tornando, durante o seu mandato, uma data de protestos em seu apoio.

Em 21 de setembro, Bolsonaro iniciou uma nova estratégia em seu canal, batizada de “live diária das eleições”. A ideia era realizar uma transmissão todos os dias até a data do pleito, em 2 de outubro, para, nas palavras do então presidente, “massificar nomes” que ele apoiava para o Senado, Câmara dos Deputados e governos estaduais.

Na live de 25 de setembro, ele lê uma notícia sobre a proibição do TSE de que

²³ Vídeo de Bolsonaro: veja a íntegra da reunião investigada pela PF em que foram discutidos ataques à democracia. O Globo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/09/video-de-bolsonaro-veja-a-integra-da-reuniao-investigada-pela-pf-em-que-foram-discutidos-ataques-a-democracia.ghtml>

transmissões com teor eleitoral não fossem realizadas no Palácio do Planalto.

Olha a que ponto chegou o Tribunal Superior Eleitoral. TSE proíbe live de Bolsonaro com teor eleitoral do Palácio do Alvorada. O Palácio é a minha residência, ou não é? A alegação é que eu gasto meios públicos para divulgar trabalho político. Se comparar meus gastos no Alvorada, quando cheguei em 2019, pulei na piscina, estava quente e eu mandei desligar. Não sei quanto se gastava para manter aquecido 24 horas por dia. Mas, pessoal. Vamos aguentar e, se Deus quiser, a gente ganha no dia 2 de outubro no primeiro turno e pode ter certeza, teremos um outro Brasil. (25 de setembro de 2022)

Em outra live diária das eleições, em 28 de setembro de 2022, Bolsonaro reclama logo no início da transmissão da exigência do TSE de que as lives não fossem realizadas no Alvorada, e diz que está “em um canto de Brasília”, “porque o meu querido Alexandre de Moraes falou que eu não posso fazer no Alvorada. Fico constrangido em falar isso”. Bolsonaro se exalta com o ministro e, assim como fez com Fachin, investe na personalização do conflito:

Seja homem, Alexandre. O tempo todo atazanando a minha vida. Igual a minha live aqui. Escondido fazendo live, uma despesa enorme. No Alvorada, eu gastaria a iluminação da biblioteca e mais nada. Mas vamos lá. (25 de setembro de 2022)

Apresentado o padrão adotado por Bolsonaro em suas lives e colocados exemplos de conteúdos disseminados em suas transmissões ao vivo, no tópico seguinte, detalharemos quais foram as estratégias retóricas e de desinformação utilizadas pelo então presidente da República.

4.2.1 Estratégias Retóricas e Desinformação

Dryzek (2010) identifica no discurso da deliberação política diferentes estilos discursivos, como a retórica de vínculo e retórica de conciliação. A primeira, segundo o autor, reforça a coesão em um grupo e a ideia do “nós” contra “eles”, o que mobiliza e consolida uma identidade coletiva. Já a segunda visa diminuir antagonismo e abrir espaço para uma deliberação inclusiva e sem divisões. Os dois tipos de retórica, de acordo com o autor, têm potencial de incentivar reflexão e ainda direcionar mudanças institucionais do Estado.

Na transmissão de 10 de fevereiro de 2022, Bolsonaro repete mais de uma vez a frase: “todo brasileiro quer eleições limpas e transparentes”, um uso claro da retórica de vínculo. Ao citar “todo brasileiro”, o ex-presidente apresenta uma

identidade coletiva unificada, sob o seu comando, e consegue delimitar uma separação entre o povo contra as instituições – no caso desta análise, as instituições em foco são o TSE, as urnas eletrônicas e as pesquisas de intenção de voto.

Bolsonaro afirma na mesma live de fevereiro que quer “colaborar com o processo democrático”, mas acusa as instituições de omissão e coloca as Forças Armadas como uma espécie de garantia paralela. Ele diz ainda que “pode ser que o TSE até esteja com a razão”, uma retórica conciliatória esparsa e pontual.

O discurso de Bolsonaro anula qualquer retórica de conciliação: os elementos conciliatórios são colocados por ele de modo superficial e estratégico, sem o objetivo de diminuir antagonismos, o que cria mais polarização e fecha canais de diálogo.

Bolsonaro cria uma retórica de vínculo com o povo, ao fazer afirmações como “não existe coisa mais degradante de alguém votar e não ter certeza que o voto foi para aquela pessoa”. Essa afirmação atrela a sua crítica institucional com o eleitor comum, porque a confiança no voto é um valor democrático fundamental, o que gera ainda uma conexão emocional.

Há ainda uma retórica de vínculo com as Forças Armadas, ao colocá-los como uma espécie de guardiões técnicos da transparência pelo conhecimento em defesa cibernética, e com a soberania nacional, ao atrelar eleições com “segurança nacional” e transferir para si a imagem de defensor da soberania.

Em alguns momentos, Bolsonaro tenta equilibrar a retórica de vínculo com a de conciliação, ao fazer afirmações como “nada contra o TSE, tem pessoas maravilhosas lá dentro”, ou “não é um novo Capitólio, ninguém quer invadir nada”, negando intenções golpistas para evitar uma ruptura discursiva total.

Nas menções às pesquisas de intenção de voto, o tom conciliador também é mínimo, e predomina a retórica de vínculo como no trecho a seguir, quando Bolsonaro comenta números de um levantamento do Instituto Datafolha:

Por que o Datafolha se presta a isso? A gente sabe que os números são mentirosos. Ele quer influenciar votos? Sabe que não influencia. Ele quer dar uma roupagem de legalidade em alguma coisa que vai acontecer. Será que é isso? Será que é isso, Datafolha? Bem, esse é um recado apenas. Nós queremos eleições limpas, transparentes, onde o voto do seu João e da dona Maria vá para ele quem quer que seja (27 de setembro de 2022)

Embora não parta para um ataque absoluto ao instituto, o que predomina é a deslegitimação do Datafolha, ao afirmar categoricamente que “os números são mentirosos”

Junto com a retórica de vínculo, Bolsonaro mobiliza desinformação sobre o pleito eleitoral nas lives. Conforme detalhado no capítulo 3 desta pesquisa, a desinformação é a disseminação deliberada de informações falsas, enganosas ou imprecisas, com o objetivo de induzir ao erro ou manipular a percepção pública, e é um problema para as democracias em todo o mundo.

Em live no 14 de abril de 2022, quando recebeu o então presidente da Embrapa, Celso Moretti, para explicar sobre produção de trigo e necessidade de importação do grão da Europa, Bolsonaro faz algumas perguntas para Moretti e, na sequência, chama os seguidores para participar de motociata em “defesa da democracia e da liberdade”. O presidente introduz o assunto lendo uma notícia sobre a eleição francesa, que realiza eleições sem urnas eletrônicas: “a França votando no papel, país muito mais desenvolvido do que nós, e votando no papel”. Depois de repetir que há vulnerabilidades nas urnas e que as Forças Armadas não conseguiram atuar por causa do TSE, Bolsonaro menciona que, quando os votos das urnas eletrônicas são transmitidos para Brasília, eles vão para uma “sala secreta”:

Ora, meu Deus do céu. A contagem é pública e vai para uma sala secreta? Que continue indo pra sala secreta. Só que o mesmo canal que leva pra uma sala secreta vai levar pra outra sala aberta, onde estavam as Forças Armadas, CGU, OAB, e mais umas dez entidades, que foram convidadas pelo então ministro Barroso. Então nós temos tudo para fazer uma eleição tranquila. (14 de abril de 2022)

A informação de Bolsonaro é falsa²⁴: não há uma sala secreta para a contagem dos votos. Antes mesmo da totalização dos votos na urna, assim que a votação de uma seção eleitoral é encerrada, é possível saber o resultado daquele local com base nas mesmas informações que chegam ao TSE e ficam disponíveis no boletim de urna, um documento público que traz a votação de cada urna eletrônica. Há uma sala no TSE onde uma equipe do tribunal acompanha o recebimento desses resultados, e realizam a conferência de parâmetros dos equipamentos.

Bolsonaro também faz afirmações como a de que “os únicos países que usam

²⁴ Votos não são apurados em sala secreta do TSE, boletins permitem soma. UOL Confere. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/05/11/votos-nao-sao-apurados-em-sala-secreta-do-tse-boletins-permitem-contagem.htm>

a urna eletrônica além do Brasil são Bangladesh e Butão”. Essa também é uma informação falsa e mais uma mobilização de desinformação aos espectadores de suas lives. De acordo com o IDEA (Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral Internacional), o voto eletrônico é adotado por pelo menos 46 países.

Em live do dia 28 de setembro, quando convocou que seus apoiadores fossem votar vestidos de verde e amarelo, cores da bandeira do Brasil, Bolsonaro lê uma notícia do site Gazeta Brasil que diz que o TSE avaliava proibir usar camisa da seleção no dia da votação.

Como é que é, Alexandre de Moraes? Proibir a camisa da seleção? Olha, é interferência demais. Ele está com medo de que? Vai ter um mar de verde e amarelo? Ele está preocupado em ver um mar de gente verde e amarela votando, e o Lula ganhando? É isso, TSE? É isso aí, TSE? Estou convidando a todos, voluntariamente, de irem votar de verde e amarelo. E as Forças Armadas vão garantir isso. Vou determinar às Forças Armadas, que vão participar da segurança, qualquer seção que proibir entrar de camiseta verde e amarela, não vai ter eleição naquela seção! Ou estamos em uma democracia, ou estamos no Estado do Alexandre de Moraes. (28 de setembro de 2022)

A notícia lida por Bolsonaro na live sobre a camiseta era falsa. O boato foi desmentido²⁵ pelo TSE em 1º de outubro. A análise das transmissões ao vivo de Bolsonaro contempladas nesta análise foi até 27 de outubro, poucos dias antes da realização do segundo turno. Após ser derrotado, o então presidente da República passou semanas recluso, inclusive nas redes sociais.

Enquanto isso, no início de novembro, seus apoiadores passaram a se concentrar em frente a quartéis do Exército pelo país e pediram intervenção militar²⁶ “com Bolsonaro no poder”. Jair não fez mais transmissões no YouTube até o penúltimo dia do ano de 2022.

A última transmissão do seu canal foi em 30 de dezembro, “Prestação de Contas e Atual Momento Político Brasileiro”. Com duração de 51 minutos, Bolsonaro fez um balanço de ações de seu governo, elogiou o seu time de ministros, reprovou os nomes indicados por Lula para as pastas do novo governo e criticou a condução

²⁵ Fato: Uso de camiseta do Brasil não está proibido durante as eleições. Portal do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/radio/2022/Outubro/fato-uso-de-camiseta-do-brasil-nao-esta-proibido-durante-as-eleicoes&sa=D&source=docs&ust=1755071634424915&usq=AOvVaw1ecdSfPA3Sv0MplgM-JeBJ>

²⁶ Grupos fazem atos antidemocráticos e pedem intervenção militar diante de quartéis. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/grupos-fazem-atos-antidemocraticos-e-pedem-intervencao-militar-diante-de-quarteis/>

do TSE. O ainda presidente enalteceu como seu grande feito no mandato o patriotismo, e resgate do uso do verde e amarelo e da bandeira do Brasil pelas pessoas e o “respeito à família”. Disse ainda que a massa que estava mobilizada em frente aos Quartéis do Exército era algo “espontâneo”, pois “passaram a entender melhor a política brasileira e a preocupação com o voto”.

Na mesma data, um dia antes de seu mandato terminar oficialmente, Bolsonaro viajou para os Estados Unidos. Segundo as investigações da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado, que resultou na denúncia da PGR e no aceite do STF, que conduz o julgamento e tornou Bolsonaro réu em março de 2025, a ida²⁷ aos EUA não foi por acaso: integrava um plano de fuga elaborado ainda em 2021 e readaptado no final de 2022, e tinha como objetivo evitar uma eventual prisão do presidente e fazer com que ele aguardasse no exterior os desfechos de 8 de janeiro de 2023.

Na análise de conteúdo por categorização, baseada em Laurence Bardin, foram identificadas as unidades de sentido – ou seja, os trechos mais relevantes –, que foram classificados por diferenciação e agrupados nas categorias dos três temas principais: ataque às urnas eletrônicas, ataque ao TSE e aos seus ministros e ataque às pesquisas de intenção de voto.

Com isso, foi possível elencar os principais temas mobilizados por Bolsonaro em suas transmissões ao vivo em 2022. São eles, na seguinte ordem:

Tema mobilizado	Forma como Bolsonaro mobilizou
Crítica e suscitação de dúvidas à segurança das urnas eletrônicas	Repetia que as urnas eletrônicas são passíveis de fraude e “inauditáveis”, sem quaisquer provas. Usava episódios antigos, como o questionamento das urnas pelo candidato Aécio Neves em 2014 para sustentar desconfiança e de que havia riscos de manipulação em 2022.
Ataques ao TSE e ministros (Barroso, Moraes Fachin)	Apresentava a Corte eleitoral como inimiga da democracia e da vontade popular, como se o TSE tivesse o poder de alterar os resultados do pleito.

²⁷ Bolsonaro viajou para os EUA para evitar prisão e esperar desfecho de 8 de janeiro, diz PF. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/26/bolsonaro-viajou-para-os-eua-para-evitar-prisao-e-esperar-desfecho-do-8-de-janeiro-aponta-pf.ghtml>

	Personalizou as críticas nos três ministros e acusou-os de “conspirar” contra a sua candidatura.
Demanda por “eleições auditáveis, limpas e transparentes”	Bolsonaro fez dessa frase, repetida à exaustão nas lives, seu slogan político, e vinculava a frase a uma contagem paralela dos votos, ou à necessidade de voto impresso. Sem isso, o processo eleitoral não seria legítimo. Nesta ideia, o presidente seria o único “defensor” dessa transparência.
Defesa da participação das Forças Armadas no processo eleitoral	Colocou os militares como “fiadores” da democracia, e defendia que eles seriam os únicos atores isentos e neutros na fiscalização das urnas eletrônicas.
Desconfiança nas pesquisas eleitorais	Afirmou que institutos de pesquisa manipulam números para criar uma percepção artificial de sua derrota. Também dizia que os percentuais de intenção de voto eram diferentes dos “dados das ruas” (apoiadores que se reuniam em motocicletas e outras manifestações). Ou seja, utilizava a mobilização popular para defender que ele era o favorito nas urnas.

Na análise deste conteúdo, também foi possível afirmar, com base nas estratégias retóricas utilizadas por Bolsonaro para desacreditar o sistema de voto brasileiro, onde relacionou uma suposta falta de segurança com uma suposta convivência de ministros do TSE, somada à influência de pesquisas eleitorais, que as lives estão, majoritariamente, dentro da retórica do vínculo (bonding) de Dryzek (2010).

Segundo o autor, esta retórica é voltada ao fortalecimento de ligações já consagradas entre pessoas de um mesmo grupo. Ou seja: Bolsonaro conversou com a sua base mais fiel, que acompanhava as transmissões ao vivo com frequência, para insistir no tema de que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável, desde as urnas até os ministros da Corte eleitoral. Essa retórica, diz o autor, gera solidariedade entre o grupo e o acirramento de divisões entre grupos. É justamente o que assistimos no Brasil.

Nunes (2023) levanta a tese de que as posições políticas no Brasil se “calcificaram”, e estão ancoradas no âmbito moral e em afetos, o que gerou divisões entre famílias, problemas em empresas e alcançaram os círculos mais íntimos, uma dinâmica totalmente distinta, e que começou a ser experimentada no país de modo mais amplo após a eleição presidencial de 2018, quando Bolsonaro, até então um deputado considerado inexpressivo, venceu a corrida eleitoral.

Neste contexto de calcificação de posicionamentos, os adversários dão lugar a inimigos a serem extirpados, e as eleições passam a ser atos identitários. Com isso, o julgamento sobre políticas públicas, principalmente em pleitos para a presidência da República, fica de lado, e é substituído pela disputa entre perspectivas existenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em alguma medida, esta pesquisa iniciou antes dos estudos da pós-graduação iniciarem formalmente: como jornalista, cobri o governo Jair Bolsonaro desde o início do seu mandato, em 2019, e me deparei com uma ordem totalmente subvertida dentro da comunicação pública e da comunicação política: as suas lives no YouTube viraram o seu meio de comunicação oficial, porque, de acordo com o ex-presidente, a imprensa “exagera e deturpa”. O que antes era comunicado via notas oficiais do governo, passou a ser anunciado em postagens nas redes sociais e em suas transmissões no YouTube.

Inserida neste contexto, tive que, por dever do ofício, assistir a algumas transmissões de Bolsonaro. Foi aí que surgiu a ideia e o objetivo desta pesquisa: analisar como o presidente mobilizou estratégias discursivas em embates públicos contra instituições do sistema de justiça, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral e seus ministros, e atores do processo eleitoral, à luz da teoria deliberativa de Jürgen Habermas e das retóricas de vínculo e conciliação de John Dryzek.

O que esta pesquisa demonstrou é que, em vez de fortalecer a esfera pública por meio do diálogo racional e inclusivo, um dos princípios defendidos por Habermas, o discurso do ex-presidente recorreu à personalização do conflito – um dos achados deste trabalho diz respeito justamente a este ponto, com o número de investidas coordenadas contra os presidentes do TSE em suas lives. Bolsonaro também deslegitimou as instituições repetidamente, e conseguiu mobilizar emocionalmente ainda mais a sua base de apoio sólida, o chamado “núcleo duro” do bolsonarismo.

Empoli (2020), que dedicou-se a estudar os políticos ao centro do que ele define como “Carnaval populista”, afirma que, no mundo de Donald Trump, Jair Bolsonaro e Boris Johnson (ex-primeiro-ministro britânico), cada novo dia nasce com a eclosão de uma gafe, uma polêmica, um escândalo. Mal se comenta um evento, já é necessário partir para outro, que logo é eclipsado por um terceiro. É uma espiral infinita, que catalisa a atenção e satura a cena midiática. Esse modus operandi, que perpassou todo o seu governo, também foi reverberado por Bolsonaro em suas lives de 2022, foco deste trabalho.

O poder de ampliação dessas informações gerado pelo YouTube não se restringiu às transmissões ao vivo. Os materiais rendiam cortes que serviam de conteúdo para *shorts* no Instagram e vídeos curtos para circular no Whatsapp,

gerando um ecossistema de desinformação que, como lembra o autor, é trabalhado por ideólogos, cientistas especializados em Big Data e, claro, pelo favorecimento dos algoritmos.

Os resultados evidenciaram que as falas de Jair Bolsonaro operaram na lógica de fragmentação discursiva e criaram antagonismos, o reforço do “nós contra eles”. Considerando a teoria de Dryzek (2010), foi possível identificar a construção de vínculos simbólicos com seu público por meio de narrativas de ameaça e de vitimização. Bolsonaro também recusou qualquer conciliação institucional em seus discursos, o que só ajudou a reforçar o padrão de polarização no Brasil.

A postura adotada pelo então presidente da República não só desloca a atenção do debate de mérito das questões democráticas, mas também fragiliza a confiança social nas regras do jogo democrático.

Apesar dos limites desta pesquisa, que não abarca a totalidade do discurso bolsonarista ao longo de sua trajetória política, mas apenas o seu último ano de governo, os achados permitem refletir sobre os riscos da contaminação da esfera pública por estratégias comunicacionais com base na mobilização emocional, e não em uma deliberação democrática de fato.

No começo de 2023, depois de Jair Bolsonaro ser derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva, uma turba de apoiadores do ex-presidente atacou as sedes dos Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro daquele ano, exatamente uma semana depois da posse de Lula. O quebra-quebra nos prédios das instituições gerou um prejuízo de R\$ 21 milhões ao patrimônio público. No caso do STF, pouco mais de 100 itens históricos destruídos tiveram danos irreparáveis, e não foi possível recuperá-los.

A destruição física das instituições culminou em Comissões Parlamentares de Inquérito e em operações da Polícia Federal que mostraram que Bolsonaro e seu entorno planejavam um golpe de Estado no Brasil – os ataques no dia 8 foram o ápice de um planejamento para minar as instituições, e que vinha desde julho de 2021, conforme denúncia da Procuradoria-Geral da República, aceita pelo Supremo Tribunal Federal.

Em setembro de 2025, o ex-mandatário, ex-ministros e militares de seu entorno, nomeados pela PGR como núcleo crucial da trama golpista, foram julgados – Bolsonaro foi condenado a uma pena de 27 anos e 3 meses de prisão. Foi uma decisão inédita da Corte: pela primeira vez, um ex-presidente é responsabilizado na Justiça por atentar contra a democracia. E as lives analisadas neste trabalho se

inserir no contexto desta investigação: muitas transmissões foram elencadas pela acusação da PGR como provas de que Bolsonaro buscava, incitou e promoveu uma ruptura democrática no Brasil.

Dito isso, o esperado é que este trabalho contribua para a compreensão de como práticas discursivas podem corroer a confiança institucional, e reforça a importância de compreender a linguagem política como prática que molda relações de poder. Por isso, buscou-se articular Habermas e Dryzek, na tentativa de analisar criticamente as tensões entre argumentação, conflito e populismo no Brasil contemporâneo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Riedel, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M.; BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018.

BILLIET, J.; OPGENHAFFEN, M., PATTYN, B., VAN AELST, P. **The battle for the truth**. Fake news and disinformation in the digital media world, 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência e Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 2010.

BOARINI, Margareth; FERRARI, Pollyana. A Desinformação é o Parasita do Século XXI. **Desinformação e Comunicação na Sociedade Contemporânea**, v. 17, n. 34, p. 37-47, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/11904/1980>.

BORBA, F. **Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil**. **Boletim Trimestral nº11**. Grupo de Investigação Eleitoral (Giel). Setembro de 2022. Disponível em: <http://giel.uniriotec.br/files/Boletim%20Trimestral%20n%C2%BA%2011%20-%20Julho-Agosto-Setembro%202022.pdf>.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). **Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica**. *Análise Social*, 53(229), 870–897. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.02>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. "La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político", in Shiro M. & alii, Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2009., 2009, consulté le 9 avril 2024 sur le site de *Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications*.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

DRYZEK, J. S. Deliberative democracy in divided societies: Alternatives to agonism and analgesia. **Political Theory**, v. 33, n. 2, 2005.

DRYZEK, J. S. Rhetoric in democracy: A systemic appreciation. **Political Theory**, v. 38, n. 3, 2010.

DIMAGGIO, P; EVANS, J; BRYSON, B. **Have American's Social Attitudes Become More Polarized?** *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 3: 690-755, 1996.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil.** Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31967/1/Tese_Tatiana%20Dourado.pdf

EMPOLI, Giuliano. 2020. **Os engenheiros do caos.** Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.

ERNSEN, Karina. **Jornalismo de fachada: estratégia retórica Sobre Covid-19 do Programa Pingo nos Is.** Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/89103>.

GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2008.

GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa.** São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo.** Vols. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1981.

HUMPRECHT, E. **Where fake news flourishes: a comparison across four Western democracies.** *Information, Communication & Society*, v. 0, n. 0, p. 1–16, 2018.

KRIPPENDORF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology,** 2. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

KOCK, Christian. **Deliberative Rhetoric: Arguing about Doing.** Windsor: Windsor Studies in Argumentation, 2013.

LUNSFORD, Andrea A.; RUSZKIEWICZ, John J.; WALTERS, Keith. **Everything's an Argument: with Readings.** 5. ed. Boston: Bedford/St. Martin's, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia.** São Paulo: Hucitec, 2010. p. 23-46.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MÜLLER, Jan-Werner. **O que é populismo?.** Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NEMER, David. **The three types of Whatsapp users getting Brazil's Jair Bolsonaro elected**. The Guardian, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/25/brazil-president-jair-bolsonaro-whatsapp-fake-news> .

NETLAB UFRJ. Recomendação no YouTube. o caso Jovem Pan. 5 de setembro de 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/recomenda%C3%A7%C3%A3o-no-youtube-o-caso-jovem-pan>

NERY, V. E. (2010). **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites**. *Lutas Sociais*, (24), 70–77.

NOBRE, Marcos. O caos como método. **Revista piauí**, edição 151, abril de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. 1. ed. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2023.

PINTO, C. R. J. **Elementos para uma análise de discurso político**. Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, 2006.

PIAIA, V.; ALVES, M. **Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp**. In: 8º COMPOLÍTICA, Brasília, 2019.

PGR denuncia 34 pessoas por atos contra o Estado Democrático de Direito. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/pgr-denuncia-34-pessoas-por-atos-contr-estado-democratico-de-direito>

Radiografia das "lives" e discursos de Bolsonaro mostra escalada de autoritarismo e desinformação. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/radiografia-das-lives-e-discursos-de-bolsonaro-mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html>.

Relatório Eleições 2022 FGV - Desinformação e ataques ao sistema eleitoral. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/29c71967-a32b-483e-9a2a-825fdd96a70b> |

REIS, Ruth & Zanetti, Daniela & Frizzera, Luciano. (2020). A conveniência dos algoritmos. *Compolítica*. 10. 35-58. 10.21878/compolitica.2020.10.1.333. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341749408_A_conveniencia_dos_algoritmos

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. 2o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIORDA, M. **Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso**.

In E., L.; PEDEMONTE, D.; RIORDA, M. La Construcción del Consenso: Gestión de la Comunicación Gubernamental, BuenosAires, Ed. La Crujía, 2006.

RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). **Desinformação on-line e processos políticos**: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Policy paper.

RECUERO, Raquel. **O discurso desinformativo sobre a cura da Covid-19 no Twitter**.

Disponível em: <https://ualresearchonline.arts.ac.uk/id/eprint/23330/1/001132324.pdf>

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. (Coleção Interrogações).

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, 2018.

SPONHOLZ, L. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/47124/27350>.

SOLANO, Esther. **A evolução do bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020**. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/arquivos/mai-21/03 A evolucao do bolsonarismo.pdf>

TUFECKI, Z. "Youtube, the Great Radicalizer". The New York Times, 10 de março de 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html>

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe report** (DGI), 2017.

WEBER, Maria Helena. Balizas do campo de comunicação e política. Tríade: comunicação, cultura e mídia. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4046>.

VICARI, Isabella. **A urna eletrônica brasileira: entre controvérsias e desinformação**, 2024.